

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VIRGÍNIA VOLKMER CECCONI

**PACTO VERDE NO CORAÇÃO DO IMPÉRIO:**  
O CASO DO GREEN NEW DEAL

Florianópolis

2024

VIRGÍNIA VOLKMER CECCONI

**PACTO VERDE NO CORAÇÃO DO IMPÉRIO:  
O CASO DO GREEN NEW DEAL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Jaime César Coelho

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

Volkmer Cecconi, Virgínia

Pacto Verde no coração do Império : O caso do Green New Deal / Virgínia Volkmer Cecconi ; orientador, Jaime Cesar Coelho, 2024.

63 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro  
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,  
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. mudanças climáticas. 3.  
green new deal. 4. Estados Unidos. 5. meio ambiente. I.  
Coelho, Jaime Cesar. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Trabalho “**PACTO VERDE NO CORAÇÃO DO IMPÉRIO: O caso do Green New Deal**”  
foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Jaime César Ceolho  
**Orientador**  
Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Janyher Marcela Inácio Soares  
**Avaliadora**

Profa. Dra. Sandra Regina Leal  
**Avaliadora**  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a minha família pelo amor incondicional. Ao meu pai, por todas as noites da minha infância assistindo documentários sobre guerras e astronomia, portanto, ser o responsável por boa parte das minhas inquietações. À minha mãe, por sempre me motivar a ver e viver o mundo. Aos meus irmãos Lucas e Dudu, pela parceria que transcende esse plano, é um privilégio ser irmã de vocês.

Aos meus amigos, pela parceria nesses anos de graduação, pelas conversas, ombros para chorar e tantos bons motivos para sorrir. Em especial à Amanda, por ter sido tão importante nesses últimos semestres e feito as “noites de TCC” serem as melhores possíveis.

Ao meu orientador, Professor Jaime, por todo o aprendizado e por sempre nos proporcionar espaço para pensar criticamente.

## RESUMO

O trabalho apresentado analisa a evolução e a contextualização do Green New Deal (GND) nos Estados Unidos, destacando sua proposta de abordar simultaneamente a crise climática e as desigualdades socioeconômicas. Com raízes no New Deal de Roosevelt, o GND busca implementar uma transformação abrangente na matriz energética do país, promovendo empregos "verdes" e justiça ambiental. A pesquisa explora diferentes abordagens do GND, desde as propostas mais radicais defendidas por líderes como Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez, até as versões cooptadas pelo *mainstream* da política estadunidense. Além disso, a análise crítica da relação entre a transição energética e a competição geopolítica, particularmente entre os EUA e a China, demonstra como as estruturas de poder moldam a aceitação e a implementação das políticas climáticas. O trabalho conclui que, para efetivar mudanças estruturais significativas, é necessário um comprometimento com reformas que desafiem o status quo e promovam uma nova economia política mais justa e sustentável.

**Palavras-chave:** Green New Deal; mudanças climáticas; hegemonia; transição energética, justiça climática.

## ABSTRACT

The presented work analyzes the evolution and contextualization of the Green New Deal (GND) in the United States, highlighting its proposal to simultaneously address the climate crisis and socioeconomic inequalities. With roots in Roosevelt's New Deal, the GND seeks to implement a comprehensive transformation of the country's energy matrix, promoting "green" jobs and environmental justice. The research explores different approaches to the GND, from the more radical proposals advocated by leaders like Bernie Sanders and Alexandria Ocasio-Cortez to the versions co-opted by the mainstream of U.S. politics. Furthermore, the critical analysis of the relationship between energy transition and geopolitical competition, particularly between the U.S. and China, demonstrates how power structures shape the acceptance and implementation of climate policies. The work concludes that, to effect significant structural changes, there must be a commitment to reforms that challenge the status quo and promote a new, fairer, and more sustainable political economy.

**Keywords:** Green New Deal; climate change; hegemony; energy transition; climate justice.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ARRA</b>	American Recovery and Reinvestment Act
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>CCC</b>	Civilian Conservation Corps
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FED</b>	Federal Reserve Bank
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>GND</b>	Green New Deal
<b>IPCC</b>	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
<b>IRA</b>	Inflation Reduction Act
<b>ISIS</b>	Islamic State of Iraq and Syria
<b>NIRA</b>	National Industrial Recovery Act
<b>NRA</b>	National Recovery Administration
<b>NSS</b>	National Security Strategy
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>PWA</b>	Public Works Administration
<b>RPC</b>	República Popular da China
<b>SMI</b>	Sistema militar-industrial
<b>WPA</b>	Works Progress Administration

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 DO NEW DEAL DE FDR À ‘REVOLUÇÃO VERDE’ DE MCNAMARA.....</b>	<b>12</b>
2.1 DA CRISE DE 1929 AO NEW DEAL.....	12
2.2 BRETTON WOODS E HEGEMONIA AMERICANA .....	16
2.3 NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO.....	17
<b>3 A BOLSA ESTÁ EM ALTA MAS A TERRA ESTÁ EM BAIXA .....</b>	<b>22</b>
3.1 A CRISE FINANCEIRA DE 2008 .....	22
3.2 FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA: UMA NOVA FORMA DE ACUMULAÇÃO .....	24
<b>4 GREEN NEW DEAL .....</b>	<b>28</b>
4.1 TERMO EM DISPUTA .....	32
4.2 THE POWER OF GREEN.....	34
4.3 UM “PROTÓTIPO” SUPERFICIAL E EFÊMERO.....	35
4.4 AOC E SANDERS POR UM GND MAIS RADICAL .....	39
<b>5 BIDEN’S NEW DEAL? .....</b>	<b>42</b>
5.1 O INFLATION REDUCTION ACT COMO ARMA NA GUERRA “VERDE” CONTRA A CHINA.....	43
5.2 BALANÇO GERAL DAS POLÍTICAS CLIMÁTICAS DE BIDEN 2020-2024 .....	48
5.3 SOB A ÓTICA DA JUSTIÇA CLIMÁTICA.....	51
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A crise climática é um dos desafios mais urgentes e complexos do século XXI, impactando praticamente todos os aspectos da vida humana e natural no planeta. Nos Estados Unidos, a crescente preocupação com as mudanças climáticas, juntamente com os seus efeitos socioeconômicos, tem impulsionado a necessidade de políticas abrangentes e inovadoras. Nesse contexto, a proposta do Green New Deal emergiu como uma solução ambiciosa para enfrentar a crise ambiental enquanto promove justiça social e econômica.

O Green New Deal, inspirado no New Deal da era Roosevelt, busca catalisar uma transformação profunda na economia dos Estados Unidos rumo a uma matriz energética sustentável. Esta proposta integra uma série de iniciativas políticas e econômicas que visam reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa, criar milhões de empregos "verdes" e garantir justiça ambiental para comunidades historicamente desfavorecidas. No entanto, o debate sobre o Green New Deal também reflete as tensões políticas e econômicas contemporâneas do país. O GND foi incorporado em diferentes discursos, os quais por vezes deixaram de lado os princípios de justiça climática. A cooptação do discurso ambiental pelo *mainstream* da política estadunidense se dá em parte pela disputa comercial com a China, na qual a batalha econômica se dá também no campo das tecnologias verdes. Considerando esse cenário, a escolha do tema de pesquisa se deu pela relevância do tema no cenário político atual.

Diante disso, o primeiro objetivo deste trabalho é analisar a evolução histórica e a contextualização do Green New Deal, investigando as raízes e a construção histórica deste conceito nos Estados Unidos. Este estudo traçará paralelos com o New Deal original da era Roosevelt, além de discutir como crises econômicas passadas moldaram a necessidade e a formulação de um novo pacto social e econômico focado em sustentabilidade e justiça social. O segundo objetivo é examinar a relevância do Green New Deal, contextualizando sua emergência em meio às crises climática e econômica atuais. Serão enfatizadas a urgência das mudanças propostas pelo Green New Deal em resposta às previsões catastróficas do aquecimento global, conforme relatado por organismos como o IPCC, e as pressões sociais e ambientais que incentivaram a formulação dessas políticas ambiciosas.

O terceiro objetivo se propõe a comparar diferentes abordagens e propostas do Green New Deal, desde visões mais conservadoras até as mais radicais, como as dos democratas Bernie

Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez. Serão analisadas as diferenças entre os "falsos" e os "verdadeiros" Green New Deals, especialmente em suas abordagens e compromissos. Neste aspecto, será feita uma análise crítica dos benefícios e limitações destes pacotes de estímulo, com um foco especial na justiça climática e social. O quarto objetivo é explorar a relação entre a transição energética e a competição geopolítica, discutindo o papel do Green New Deal e políticas similares na competição entre Estados Unidos e China. Serão avaliadas as implicações da transição energética no cenário internacional e os impactos das políticas verdes na hegemonia mundial dos EUA.

A teoria crítica das relações internacionais nos oferece um referencial teórico essencial para a análise do Green New Deal, proporcionando uma compreensão aprofundada das dinâmicas estruturais que moldam a política ambiental dos Estados Unidos. Cox, um dos principais teóricos da teoria crítica, afirma que toda teoria é para alguém e para algum propósito, indicando que o conhecimento é sempre parcial e politicamente situado. Esta perspectiva é útil para desvendar as forças sociais, econômicas e políticas que influenciam a formulação e implementação do Green New Deal.

Em suas obras "*Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay on Method*" de 1983 e "*Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*" de 1981 (citada aqui na versão traduzida para o português publicada em 2021), Cox argumenta que as estruturas de poder global e os interesses hegemônicos são cruciais para entender as políticas nacionais e internacionais. No caso do Green New Deal, essa abordagem permite explorar como potenciais blocos hegemônicos, compostos por alianças entre elites políticas e econômicas, moldam a agenda ambiental. A teoria crítica sugere que as propostas do Green New Deal não estão isentas de serem apropriadas por interesses estabelecidos que visam manter o status quo, em vez de promover mudanças profundas e estruturais necessárias para enfrentar a crise climática e social.

Adotando essa perspectiva crítica, é possível analisar como as iniciativas de energia verde, frequentemente promovidas no discurso político estadunidense, podem servir como ferramentas de competição geopolítica, especialmente considerando a disputa entre os EUA e a China. Sob esse prisma, o GND pode ser visto tanto como uma resposta necessária à crise climática quanto como uma estratégia para manter a hegemonia dos EUA no cenário internacional. O autor nos ajuda a compreender que a política ambiental não ocorre em um vácuo, mas é influenciada por interesses

econômicos e estratégicos que frequentemente privilegiam a estabilidade e o crescimento neoliberal sobre a sustentabilidade e a equidade.

Além disso, a teoria crítica das relações internacionais enfatiza a importância das forças sociais subjacentes e das estruturas de poder na moldagem das políticas públicas. A análise do GND através dessa lente destaca a necessidade de lutar contra a apropriação do discurso ambiental pelos interesses econômicos dominantes e de implementar reformas estruturais que efetivamente redistribuam o poder e os recursos. Cox argumenta que a transformação verdadeira exige um questionamento radical das estruturas de poder e uma reconfiguração das relações sociais e econômicas.

Portanto, ao utilizar a teoria crítica das relações internacionais como referencial teórico, este estudo não apenas examina as propostas e políticas do Green New Deal, mas também investiga as forças hegemônicas que influenciam seu desenvolvimento e implementação. Isso inclui uma análise das tensões entre diferentes propostas de GND e as limitações dos pacotes de estímulo atuais, destacando como as iniciativas reformistas podem ser cooptadas por interesses estabelecidos. Permitindo-nos aprofundar a compreensão sobre como superar essas barreiras e promover um futuro mais justo e sustentável através de políticas ambientais verdadeiramente transformadoras. Integrar essa perspectiva crítica nos permite não apenas analisar as propostas do GND, mas também entender as dinâmicas de poder que as moldam. Desta forma, o estudo se compromete a não apenas discutir a pertinência do GND como uma política pública, mas também a explorar as implicações mais amplas de sua implementação no contexto das relações internacionais e das estruturas de poder globais.

Além das contribuições de Robert Cox com sua teoria crítica das relações internacionais, o livro "Um Planeta a Conquistar: a Urgência de um Green New Deal", escrito por Kate Aronoff, Alyssa Battistoni, Daniel Aldana Cohen e Thea Riofrancos, também serve como um referencial teórico central para este trabalho. Os autores argumentam que o GND é uma proposta inovadora que visa não apenas enfrentar a crise ambiental, mas também transformar radicalmente as estruturas econômicas e sociais que perpetuam a injustiça e a desigualdade. Eles abordam a interseção entre ecologia e economia, argumentando que o Green New Deal deve promover uma economia que não apenas respeite os limites ecológicos do planeta, mas também assegure uma redistribuição justa dos recursos e destacam a importância de uma mobilização social massiva e de movimentos de

base para pressionar por mudanças políticas significativas que não sejam facilmente capturadas por interesses econômicos dominantes.

A integração das perspectivas desses autores com a teoria crítica de Robert Cox permite uma análise rica e multifacetada do Green New Deal. Ambos os referenciais teóricos concordam na necessidade de uma transformação estrutural profunda e no papel central das forças sociais e das relações de poder na formulação de políticas ambientais eficazes. Ao utilizar estas referências teóricas, este trabalho propõe-se não apenas a discutir a pertinência do Green New Deal, mas também a explorar as reformas sistêmicas necessárias para assegurar que políticas como o GND promovam uma verdadeira transformação social e ambiental. Analisando as tensões entre diferentes propostas de GND e as limitações das políticas de estímulo atuais, este estudo se compromete a oferecer uma crítica substantiva e construtiva, embasada em uma sólida fundamentação teórica, que visa iluminar os caminhos para um futuro.

Ademais, o trabalho de John Bellamy Foster é fundamental para este trabalho, especialmente no que diz respeito à financeirização da natureza. Ele fornece uma crítica incisiva da interseção entre capitalismo e crise ecológica, destacando como a financeirização da natureza exacerba as desigualdades sociais e agrava os problemas ambientais. Foster (2008) argumenta que a financeirização - o processo pelo qual os mercados financeiros ganham dominância sobre a economia produtiva - tornou-se uma característica central do capitalismo contemporâneo, influenciando profundamente a maneira como a natureza é percebida e tratada. Ele sugere que, ao transformar elementos naturais em ativos financeiros, o capitalismo tenta resolver suas crises internas ao custo de aprofundar as crises ecológicas. A terra, a água, o ar e mesmo a biodiversidade são mercantilizados e incorporados ao circuito de capital financeiro, exacerbando a exploração dos recursos naturais e intensificando a desigualdade.

A financeirização da natureza, conforme descrita por Foster (2022), leva à criação de mercados de carbono, títulos verdes e outros instrumentos financeiros que supostamente têm como objetivo promover a sustentabilidade. Ele argumenta que tais abordagens reduzem a complexidade ecológica a meras oportunidades de investimento, ignorando as profundas mudanças sistêmicas necessárias para enfrentar a crise climática de maneira eficaz. Sua crítica destaca que o sistema capitalista intrinsecamente busca a expansão e o lucro, o que está em direta contradição com a necessidade de limites ecológicos. Desse modo, a financeirização pode ser vista não como uma

solução, mas como uma continuação das práticas extrativas capitalistas, disfarçadas sob uma retórica verde.

A análise de Foster é particularmente relevante para o estudo do Green New Deal, uma vez que este trabalho pretende examinar com criticidade como diferentes visões e propostas do GND abordam a questão da sustentabilidade e da justiça social. Através da lente fornecida por Foster, pode-se investigar se as propostas do Green New Deal buscam uma transformação estrutural que desafie as lógicas de financeirização e mercantilização da natureza, ou se estão vulneráveis a serem cooptadas por interesses financeiros que perpetuam as desigualdades e a degradação ambiental. Ao utilizar estas referências teóricas, este trabalho propõe-se não apenas a discutir a pertinência do Green New Deal, mas também a explorar as reformas sistêmicas necessárias para assegurar que políticas como o GND promovam uma verdadeira transformação social e ambiental. Analisando as tensões entre diferentes propostas de GND e as limitações das políticas de estímulo atuais, este estudo se compromete a oferecer uma crítica substantiva e construtiva, embasada em uma sólida fundamentação teórica, que visa iluminar os caminhos para um futuro mais justo e sustentável.

## 2 DO NEW DEAL DE FDR À 'REVOLUÇÃO VERDE' DE MCNAMARA

### 2.1 DA CRISE DE 1929 AO NEW DEAL

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos da América se consolidaram como a maior economia do mundo. Posição esta privilegiada que possibilitou que o país se consolidasse como principal credor mundial com bilhões investidos na reconstrução da Europa arrasada pela guerra. Por meio de empréstimos, o dinheiro que fluía dos EUA para a Europa fazia parte de um ciclo: a Alemanha recebia dinheiro dos EUA para pagar suas dívidas à Inglaterra e à França, que por sua vez o utilizavam para pagar suas dívidas com os EUA (Blyth, 2020, p. 268).

No entanto, apesar da aparente prosperidade, a década de 20 foi marcada pelo desmonte dos mecanismos de regulação estatal na economia que vigoraram durante os anos de guerra. Em certa medida se esperava que com o fim da guerra que a estabilidade retornaria ao nível anterior ao conflito, no entanto, a estabilidade precedente tinha como base a hegemonia inglesa. Contudo, a Inglaterra não tinha capacidade de retornar ao seu papel, muito menos os EUA estavam prontos para assumir o posto de nova nação hegemônica, pelo menos naquele momento:

No final da guerra, prejudicada por uma base industrial enfraquecida e pelo fardo financeiro de seus esforços militares, a Grã-Bretanha não estava em posição de retomar esse papel. Com grande parte da Europa absorvida pela reconstrução pós-guerra e por preocupações de segurança contínuas, e os Estados Unidos relutantes (e em importantes aspectos incapazes) de assumir o papel hegemônico, os perigos de uma recuperação descoordenada e desequilibrada nos fluxos de comércio e capital eram bastante significativos. (Kindleberger 1973; Tooze 2014 apud Gallagher; Kozul-Wright, 2021, p. 32, tradução nossa)

Assim, aos poucos, nos EUA o descompasso entre consumo e renda foi aumentando, ao mesmo tempo que a insistência na suposta eficiência da autorregulação do mercado não era abandonada pelo então presidente republicano Herbert Hoover (1929-1933). Os preços agrícolas despencaram ao longo da década e a volatilidade do setor bancário era cada vez maior. Foi a falta de regulação que resultou na superprodução e especulação, que por sua vez, provocaram o colapso que deu início a Grande Depressão:

No final da Primeira Guerra Mundial, os interesses financeiros agiram rapidamente para restaurar a "confiança do mercado" como centro da formulação de políticas econômicas e apressar um retorno à "normalidade" (James, 2001, p. 25). Isso efetivamente significava

não apenas um dismantelamento rápido dos controles de guerra, mas um compromisso incondicional com o padrão-ouro, fidelidade à expertise profissional dos banqueiros centrais (independentes) e a busca por políticas de austeridade, todas as quais reduziram as possibilidades de se mover em direção a uma economia mais gerenciada que pudesse cumprir as promessas feitas pelos líderes políticos durante a guerra e seu *aftermath*. A partir da metade da década de 1920, os interesses financeiros viram novos ganhos com o aumento dos fluxos de capital de curto prazo, levando a um padrão de distribuição de renda cada vez mais desigual em muitos países (Gallagher; Kozul-Wright, 2021, p. 31).

A quebra da bolsa de Valores de Nova York em 1929 marcou, assim, o início de uma crise econômica sem precedentes que atingiu não só os EUA, mas boa parte do mundo, ou melhor, da civilização capitalista ocidental, durante a década seguinte. O episódio definido por Hobsbawm (1995) como “o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos” fez com o desemprego saltasse de 8% em 1930 para 23% em 1933 (Blyth, 2020, p. 272). Diante de tamanho terremoto, o liberalismo mundial foi adormecido por meio século e substituído por uma versão que tinha como base a seguridade social, com a convicção de que após a superação da atual crise, era imperativo garantir que um evento assim não ocorresse novamente.

Nesse contexto de notório fracasso do liberalismo clássico baseado no livre mercado, havia disposição para explorar novas abordagens. O responsável por encabeçar a saída dos EUA da crise foi Franklin Delano Roosevelt, político democrata eleito quatro vezes para a presidência dos EUA. Foi ainda em julho de 1932 em seu discurso de nomeação<sup>1</sup>, em julho de 1932, que Roosevelt condenou os republicanos pela crise que o país enfrentava e introduziu pela primeira vez o programa pelo qual segue reconhecido até hoje, o *New Deal*. Roosevelt se propôs a falar sobre a economia que “homens e mulheres comuns” iriam entender, enquanto Wall Street “sob o feitiço da especulação delirante” seguia lucrando às custas da defasagem da qualidade de vida dos trabalhadores (Roosevelt, 1932).

Com a implementação do New Deal surgiu uma nova espécie de “contrato social”, pelo qual o pacto para recuperação econômica no período da Grande Depressão foi instaurado. Além de apenas um plano de recuperação econômica baseado no aumento dos gastos públicos, o New Deal promoveu o enfrentamento das elites financeiras. Sob o lema dos “3 Rs: *Recovery, Relief and Reform*”, Roosevelt promoveu reformas e implementou uma série de políticas públicas para combater o desemprego em massa. Foram criados programas do governo para promover obras públicas de infraestrutura como escolas, estradas, barragens, edifícios governamentais e hospitais.

---

<sup>1</sup>O discurso na íntegra está disponível em: <https://publicpolicy.pepperdine.edu/academics/research/faculty-research/new-deal/roosevelt-speeches/fr070232.htm>

Essas políticas, foram colocadas em prática por meio da *National Industrial Recovery Act* (NIRA) de junho de 1933 e das subsequentes agências públicas criadas, *Public Works Administration* (PWA) e *National Recovery Administration* (NRA), e ajudaram a tirar um grande número de trabalhadores do desemprego.

As políticas de recuperação foram marcadas por projetos inovadores na área de energia elétrica, modernização das práticas agrícolas e medidas de segurança para evitar inundações. Nesta categoria entram medidas que a força tarefa de Roosevelt entendiam como fundamentais para estabilizar o mercado. A forte vitória dos democratas nas eleições estaduais de 1935 deu forças para FDR continuar. Apesar das críticas dos republicanos, que viam nos programas de seu governo uma ameaça ao capitalismo, em 1936, Roosevelt reelegeu-se<sup>2</sup>.

Na fase seguinte, iniciada em 1937, conhecida como Segundo New Deal, o marco foi a implementação da *Works Progress Administration* (WPA). O WPA estabeleceu um mês de trabalho máximo de 140 horas, aumentou os salários e teve como foco especial gerar empregos para mulheres e afro-americanos<sup>3</sup>. Neste momento houve a criação de um dos principais legados do programa, o *Social Security Act*, que apesar de aprovado em 1935 apenas passou a operar somente de 1937 em diante. As mudanças que sucederam tal lei alteraram o papel do Estado na sociedade norte-americana o tornando central na promoção do bem-estar social: pensão para idosos, seguro desemprego e auxílios para promover o bem-estar infantil.

Outra medida legislativa importante aprovada consistiu no aumento da taxa de tributação para indivíduos com rendimentos anuais superiores a US\$50.000. Também foram implementados regulamentos para supervisionar os serviços públicos e foi promulgada a Lei de Reassentamento, destinada a oferecer auxílio aos pequenos agricultores impactados pela crise decorrente do fenômeno climático chamado Dust Bowl (tempestade de areia) que acometeu os EUA e arrasou com parte da agricultura do país, servindo de alarme para questões de segurança alimentar. Tal catástrofe ambiental foi decorrente de anos de colonialismo, expropriação de terras indígenas e práticas erosivas na agricultura (Holleman, 2018). Percebe-se assim que já na década de 30 a natureza cobrava a conta pela exploração desenfreada, assunto a ser tratado no decorrer do trabalho.

---

<sup>2</sup> Roosevelt foi reeleito também em 1940, tornando-se o único presidente a governar por mais de dois mandatos.

<sup>3</sup> Apesar de tais medidas, o New Deal seguiu propagando o racismo institucional, com as áreas habitadas por pessoas de cor eram colocadas como áreas de risco para o financiamento de empréstimos. Para ver mais sobre o racismo ambiental e a relação com o New Deal: <https://www.opecu.org.br/2024/03/04/o-que-e-racismo-ambiental-uma-analise-da-injustica-climatica-nos-eua-parte-i/>.

A participação popular foi crucial para a implementação do New Deal, tanto que programas que hoje parecem radicais demais se mostraram na época como a “única maneira de evitar uma revolução declarada” (Klein, 2020, p. 263). Naomi Klein afirma que o momento estava em plena convulsão laboral por conta do número de mobilizações sociais que marcaram a década, como a manifestação de caminhoneiros e o fechamento dos portos da costa oeste por mais de 80 dias em protesto organizado por estivadores, ambas em 1934; e a greve de operários da indústria automobilística em 1936-37, no estado do Michigan.

Dentro do contexto do New Deal, um novo bloco histórico foi formado, composto por uma coalizão de classes e grupos sociais, bem como sindicatos, agricultores, trabalhadores industriais e intelectuais progressistas, que buscavam promover a estabilidade econômica, social e política, bem como restaurar a confiança no sistema capitalista. Assim, dentro do conceito de bloco histórico (Cox, 1987), o New Deal pode ser entendido como a formação de uma nova aliança de classes e grupos sociais que buscaram reorganizar as relações de poder e promover mudanças significativas na estrutura social e econômica da sociedade norte-americana da época.

Roosevelt entendeu que o desemprego em massa representava uma ameaça à estabilidade econômica e política e que a resposta apropriada exigia uma transformação não apenas em casa, mas também internacionalmente, por meio de um conjunto de regras e práticas econômicas diferentes daquelas destinadas a agradar o capital solto (Katznelson 2013: Capítulo 7). O progresso exigiria o abandono do padrão-ouro, o que Roosevelt fez em junho de 1933, e a conquista de Wall Street, o que ele fez por meio de uma série de reformas bancárias. Juntamente com uma série de medidas de recuperação, regulatórias e de redistribuição, essas reformas abriram o caminho para um experimento de base ampla na gestão da economia sem apelar para mercados autocorretivos (Schlesinger 1958). A esse respeito, o New Deal de Roosevelt foi capaz (e seus defensores estavam dispostos) a se basear em uma série de ideias e políticas econômicas heterodoxas (Blyth 2002) que promoviam a noção de serviço público independente do lucro privado, em busca de segurança econômica e justiça social em um mundo de atores mutuamente dependentes (Rauchway 2018). (Gallagher; Kozul-Wright, 2021, p. 14-15, tradução nossa).

Diante do seu sucesso, o New Deal consolidou o poder dos Democratas e criou as bases para o *embedded liberalism* ou liberalismo reformado, como optamos por nos referir aqui. Este foi o projeto hegemônico que vigorou nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial (Buthelezi, 2020). Isso aconteceu tanto pelo trabalho dos membros da administração Roosevelt de incorporar as demandas dos trabalhadores, quanto pela grande capacidade de Roosevelt de cooptar o apoio da esquerda, apesar de seus esforços serem em salvar o capitalismo, não em transformá-lo.

## 2.2 BRETTON WOODS E HEGEMONIA AMERICANA

No fim da Segunda Guerra o cenário era muito diferente daquele enfrentado ao final do conflito do início do século. Desta vez, os Estados Unidos estavam prontos para ocupar a posição hegemônica no sistema internacional. Durante a conferência de Bretton Woods, realizada em julho de 1944 na cidade americana de mesmo nome, os EUA foram capazes de internacionalizar as ambições do New Deal. A conferência teve como objetivo sanar o conflito entre a autonomia interna e a estabilidade internacional por meio da garantia da autonomia das políticas nacionais, taxas de câmbio fixas e a convertibilidade da moeda (Gallagher; Kozul-Wright, 2021).

Em Bretton Woods se definiu o padrão dólar-ouro, o qual garantia a convertibilidade do dólar em ouro a uma taxa fixa, solidificando assim a preeminência da moeda dos Estados Unidos na estrutura econômica e política global. Duas das instituições financeiras mais relevantes até os dias atuais nasceram também na conferência: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Como Cox (1983; 2021) aponta, as instituições internacionais são orientadas pela ideologia do estado dominante - hegemônico - e que este se utiliza das mesmas para preservação da ordem.

Dessa forma, o sistema Bretton Woods promoveu mais salvaguardas à economia doméstica dos EUA quanto a qualquer outra nação. O FMI e o BM foram orientados pelos princípios econômicos liberais norte-americanos e serviram como ferramentas para promover a estabilidade do sistema financeiro global e ancorar as moedas ao dólar, solidificando a posição hegemônica dos EUA também com base nas suas capacidades materiais. Nas palavras de David Harvey:

Os Estados Unidos, enfim, assumiram a posição de poder hegemônico dentro do mundo não comunista. Lideraram uma aliança global para manter a maior parte possível do mundo aberta para absorver o excedente de capital. Seguiram sua própria agenda por mais que parecessem agir para o bem universal. O apoio oferecido pelos EUA para estimular a recuperação capitalista na Europa e no Japão logo após a Segunda Guerra Mundial foi um exemplo de tal estratégia. Governaram com uma mistura de coerção e consentimento. (Harvey, 2011, p. 34)

O foco da conferência foi satisfazer as necessidades domésticas em muito ligadas ao nível de desemprego e renda, não em agradar o mundo das finanças. A ordem econômica que emergiu foi arquitetada para promover tanto o pleno emprego e o bem-estar social em âmbito nacional, mas também garantir um sistema monetário e cambial estável, um credor global para garantir liquidez,

empréstimos anticíclicos e de longo prazo, mercados abertos mesmo durante períodos de recessão, e a coordenação da política econômica internacional. Da mesma forma que o New Deal tinha opositores, as instituições de Bretton Woods também sofreram duras críticas, especialmente do setor financeiro que queria retomar o seu lugar privilegiado. O secretário do tesouro norte-americano, Henry Morgenthau Jr., rebateu os críticos de Bretton Woods afirmando a função do capital é trabalhar pelo bem-estar de todos: “*o capital, como qualquer outra mercadoria, deve estar livre do controle de monopólio e disponível em condições razoáveis para aqueles que o utilizarão em prol do bem-estar geral.*” (Morgenthau Jr., 2012, tradução nossa).

No entanto, o contra-ataque foi rápido. Com a chegada de Truman à presidência em 1945, os arquitetos do New Deal foram jogados para fora do governo, dando lugar a um grupo mais próximo de Wall Street. Desse modo, o abandono dos princípios de Bretton Woods já começou em parte logo após a sua criação e as instituições viraram palco dessa virada ideológica. Assim podemos dizer que não houve momento em que as instituições de Bretton Woods funcionassem em perfeita harmonia com os ideais pelos quais foram criadas, e o que seguiu nas décadas seguintes foi que “a voz do trabalho organizado foi silenciada à medida que a do dinheiro organizado tornava-se mais alta..” (Gallagher; Kozul-Wright, 2021, p. 44, tradução nossa).

### 2.3 NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO

A crise que teve início nos anos 70 foi fruto das próprias contradições gestadas pela política econômica externa dos Estados Unidos, a qual havia sido institucionalizada por meio do acordo de Bretton Woods nas décadas anteriores (Gaspar, 2021). No contexto interno dos Estados Unidos, Cox identifica um conflito entre forças sociais distintas. De um lado, observa-se os defensores do New Deal, do outro a ascensão das perspectivas liberais ortodoxas sobre o funcionamento da economia de mercado e das relações econômicas internacionais (Gaspar, 2021).

Para além do crescimento da inflação, que para Cox (1987, p. 225, tradução nossa) é apenas um “indicador da crise, que é explicado pelo conflito de forças sociais e políticas nos três níveis de produção, estado e ordem mundial”, e do desemprego, antes vencidos pelas políticas keynesianas, o problema agora era a queda da taxa de lucro nos países capitalistas desenvolvidos. A queda gradual já vinha acontecendo desde os anos 60 e se arrastou até a década de 80, e pode ser explicada como “efeito combinado da queda na produtividade do capital (a relação entre produção e o estoque

de capital fixo) e da diminuição da parte dos lucros (devido ao fato de a taxa de crescimento da produtividade do trabalho ser inferior à do custo salarial)” (Duménil; Lévy, 2007, p. 90).

Dessa maneira, passou a vigorar no seio da administração Nixon (1969-1974) a concepção de que as práticas disseminadas pelos acordos de Bretton Woods teriam impactos distorcivos, não apenas no comércio, mas também nos serviços e nas transações de capitais. Isto posto, Nixon foi responsável pelo desmonte dos pilares de Bretton Woods durante o seu mandato: em fevereiro de 1971 deu fim ao padrão dólar-ouro e em 1973 declarou a renúncia definitiva do regime de câmbio fixo. A ascensão de outras potências como Japão e Alemanha na década de 70 também foi determinante para o momento de crise. Neste cenário, os demais países membros do FMI passaram a defender a desvalorização do dólar e a implementação de um novo padrão monetário, o que não agradou em nada os Estados Unidos.

As medidas econômicas drásticas seguiram na administração Reagan (1981-1989). Como resposta ao mundo, foi a vez de Ronald Reagan impor uma abrupta elevação da taxa de juros americana para manter a hegemonia do dólar, que mergulhou o mundo num período de recessão. Com isso, a política contraditória de Reagan “a saber uma política Keynesiana bastarda, de cabeça para baixo, combinada com uma política monetária dura” (Tavares, 1985, p. 6) resultou no reordenamento do sistema bancário internacional para os EUA e no estancamento do crédito:

A partir daí o movimento do crédito interbancário se orientou decisivamente para os EUA e o sistema bancário passou a ficar sob o controle do FED. E não apenas sob o controle da política monetária, que dita as regras do jogo, as flutuações da taxa de juros e do câmbio, mas também a serviço da política fiscal americana. A partir do início dos anos 80, todos os grandes bancos internacionais estão em Nova York, não apenas sob a umbrellá do FED, mas também financiando obrigatoriamente - porque não há outra alternativa - o déficit fiscal americano. (Tavares, 1985, p. 7)

Gérard Duménil e Dominique Lévy definem o episódio do aumento das taxas de juros norte-americanas como o “Golpe de 1979”, pela tamanha violência político-econômica que representou. A elevação das taxas de juros pelo Banco Central dos Estados Unidos (FED na sigla em inglês) para eliminar a inflação teve consequências devastadoras na economia mundial, em especial nos países fora do centro capitalista, levando ao “controle dos salários, erosão gradual dos sistemas de proteção social, onda de crescimento lento e crises recorrentes nos países da periferia, deslocalização das empresas, elevação das tensões internacionais e novo militarismo” (Duménil; Lévy, 2007, p. 85). Para a América Latina resultou na crise da dívida externa e um amplo processo

de estagnação e hiperinflação que levaria aos programas de ajuste estrutural nos anos 1980 e a introdução regional ao receituário neoliberal (Coelho, 2012).

Sobre este mesmo episódio, Juliane Furno acrescenta que a elevação dos juros drenou os recursos financeiros de volta para os EUA e que “a partir daí, financeirização, neoliberalismo e imperialismo<sup>4</sup> integraram-se numa grande tríade e avançaram sobre os demais territórios na busca de desregulamentação e aberturas comerciais e financeiras, além de enfraquecer os Estados nacionais e suas respectivas legislações trabalhistas” (Furno, 2023, p. 122). Desse modo, após ser reprimida nos anos que sucederam a Grande Depressão e Segunda Guerra Mundial, o setor financeiro retoma seu lugar com o neoliberalismo na transição da década de 70 para 80.

Foi surfando na onda da crise estrutural da década de 70 que o neoliberalismo destrói o que era conhecido como compromisso keynesiano e “as finanças se tornaram o modo de existência e reprodução do capital no neoliberalismo” (Furno, 2023, p. 123). Duménil e Lévy (2007) definem neoliberalismo como “uma configuração de poder particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso”, uma vez que nos anos que sucederam o pós-guerra “os privilégios da classe capitalista se encontraram consideravelmente reduzidos, ainda que não radicalmente apagados” (Duménil; Lévy, 2007). Diante disso, “o neoliberalismo foi um golpe político cujo objetivo era a restauração desses privilégios. A esse respeito, foi um grande sucesso” (Duménil; Lévy, 2007).

Dessa maneira teve início a nova ordem neoliberal, marcada por uma nova hegemonia financeira americana. Conceição Tavares resume bem esse processo ao afirmar: “(...) os americanos, indiscutivelmente, deram, de 1979 a 1983, uma demonstração de sua capacidade maléfica de exercer sua hegemonia e de ajustar todos os países, através da recessão, ao seu desideratum. E o fizeram, está claro, com uma arrogância e com uma violência sem precedentes” (Tavares, 1985, p. 8). Para Chesnais, a financeirização serviu de saída para a crise e “impulso à nova forma de atuação do imperialismo” (Furno, 2022, p. 123). Dessa forma, “a hegemonia neoliberal da finança se soma à hegemonia do país dominante no seio da coalizão dos países imperialistas, a dos Estados Unidos” (Duménil; Lévy, 2007, p. 86).

De acordo com a distinção de Cafruny e Ryner entre hegemonia integral e hegemonia mínima, alinhados à tradição gramsciana, a primeira representa um poder consolidado,

---

<sup>4</sup> Cox afirma que “imperialismo” é um conceito vago e, por isso, “deve ser novamente definido com referência a cada período histórico. Faz pouco sentido procurar qualquer “essência” do imperialismo além das formas que o domínio e a subordinação assumem em diferentes estruturas sucessivas da ordem mundial” (Cox, 2021, p. 28)

caracterizado por um senso de propósito comum e ausência de antagonismo aberto, exemplificado nos anos de Bretton Woods. Esse período foi marcado pelo consenso e concessões dos EUA aos aliados. Em contraste, a hegemonia mínima implica em contradições entre os interesses dominantes e subordinados, gerando instabilidade crônica, sem que a oposição seja capaz de formar um bloco contra-hegemônico (Gaspar, 2021).

No contexto da hegemonia mínima americana, os pilares do fordismo e do padrão dólar-ouro colapsaram. Nesse novo cenário, os EUA adotam uma postura exigente na abertura de mercados e na desregulação do setor financeiro. Cox, baseando-se no conceito gramsciano de crise orgânica, destaca o biênio 1973-74 como um período de incertezas profundas sobre a resolução da crise, onde uma contradição profunda entre estrutura e superestrutura se estabelece com o antigo morrendo enquanto o novo aguarda para nascer (Gaspar, 2021).

As instituições financeiras como o FMI e o BM, grande parte do legado de Bretton Woods, estavam na década de 70 passando por “maus bocados”. O fim da conversibilidade do ouro em 1971 deixou o FMI esvaziado de tarefas, pelo menos em relação à sua tarefa inicial de garantir o financiamento compensatório para os países que passassem por choques cambiais dentro do sistema de câmbio fixo. No entanto, essas instituições financeiras passaram a desempenhar papel crucial na expansão da ordem neoliberal. O principal alvo foram os países em desenvolvimento, nos quais o FMI se tornou a força política responsável por promover “programas de ajustamento estrutural”, colocando em prática as diretrizes do Consenso de Washington<sup>5</sup> e trabalhando pela criação de um novo consenso econômico imposto pela ordem neoliberal (Blyth, 2020).

Para além da atuação do FMI, Chesnais atribui a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial a função de agir como “bases de sustentação dos interesses financeiros que ampliam as desigualdades em nível global e submetem as demais nações periféricas aos ditames do imperialismo estadunidense (Furno, 2022, p. 126). Ou seja, foram e são essenciais para a consolidação e manutenção do capitalismo financeiro.

O resultado desse mundo novamente dominado pelas finanças o título desse capítulo já apresenta: da actualização entre capital e trabalho caminhamos para Robert McNamara, ex-

---

<sup>5</sup> O Consenso de Washington consiste em uma lista elaborada pelo economista John Williamson, em 1989, a qual pregava: reforma tributária, disciplina fiscal, reordenamento de despesa pública, liberalização das taxas de juros, manutenção da taxa de câmbio competitiva, liberalização do comércio e do investimento estrangeiro direto, privatização e desregulamentação (Blyth, 2020, p. 234).

secretário de Defesa dos EUA, como presidente do Banco Mundial durante 13 anos. McNamara foi responsável por exportar para os países em desenvolvimento a “Revolução Verde” e todas as suas falsas promessas, que transformaram-se em endividamento agrícola, dependência externa, insegurança alimentar e perda da diversidade genética, para além do agravamento dos impactos da agricultura intensiva para o meio ambiente.

### 3 A BOLSA ESTÁ EM ALTA MAS A TERRA ESTÁ EM BAIXA

A crise financeira de 2008 teve suas raízes na financeirização da economia global nas décadas anteriores e foi resultado de uma série de políticas de desregulamentação financeira, expansão do crédito e securitização. O avanço do neoliberalismo caminha lado a lado com o avanço da crise climática. Porque afinal, sob a lógica do estado mínimo, nas últimas décadas o papel do estado foi esvaziado na proteção e regulamentação ambiental para beneficiar interesses privados. Portanto, a compreensão dessas crises requer uma análise crítica das estruturas de poder e a necessidade de transformações profundas nas relações internacionais, nas políticas econômicas e nos paradigmas de desenvolvimento. Da crise de 2008 emergiu uma saída para a crise financeira que envolve a financeirização de ativos naturais e serviços ecossistêmicos, apresentando-se também como uma alternativa para enfrentamento da crise climática.

#### 3.1 A CRISE FINANCEIRA DE 2008

Nos Estados Unidos, a partir de 2006, observou-se uma ascensão substancial nas taxas de despejo em áreas de baixa renda, notadamente em Cleveland e Detroit. Este fenômeno, inicialmente desconsiderado pelas autoridades e pela mídia, afetou predominantemente populações de baixa renda, incluindo afro-americanos, imigrantes hispânicos e mães solteiras. Foi somente quando, em meados de 2007, os despejos se estenderam à classe média branca em áreas urbanas e suburbanas previamente prósperas, notadamente em regiões republicanas no Sul como a Flórida e no Oeste (Califórnia, Arizona e Nevada), as autoridades começaram a reconhecer e a mídia a abordar a situação (Harvey, 2011).

Os agentes responsáveis pelo financiamento da crise hipotecária, inicialmente aparentemente imunes, permaneceram imperturbáveis até 2008. Em janeiro, os bônus para os executivos de Wall Street atingiram a casa dos 32 bilhões de dólares, uma quantia apenas ligeiramente inferior ao montante de 2007. Esta remuneração notável contrasta com a destruição subsequente do sistema financeiro global. As perdas sofridas pelas camadas sociais mais baixas quase se equiparam aos extraordinários ganhos auferidos pelos financistas na elite econômica (Harvey, 2011). Nas palavras de David Harvey “era como se Wall Street tivesse iniciado um golpe financeiro contra o governo e o povo dos Estados Unidos” (Harvey, 2011, p. 12).

A "crise das hipotecas subprime" resultou no colapso dos principais bancos de investimento de Wall Street. O colapso do banco de investimentos Lehman Brothers foi um ponto crucial, congelando os mercados globais de crédito e a maioria dos empréstimos em todo o mundo. Paul Volcker, ex-presidente do Federal Reserve, destacou a rapidez e a uniformidade sem precedentes da crise global. O restante do mundo foi arrastado para a lama, especialmente devido ao colapso financeiro dos EUA, centrado nos títulos de hipoteca "tóxicos" (Harvey, 2011).

O pânico se espalhou no mercado financeiro: o mercado de ações se desintegrou e os fundos de pensão racharam. Em poucos meses o número de desempregados aumentou mais de 5 milhões nos EUA. No entanto, poucas semanas depois do colapso em dominó do sistema financeiro norte-americano, mesmo com ressalvas, o Congresso e o presidente George Bush enviaram dinheiro para salvar as instituições financeiras, estas que eram até então consideradas "grandes demais para falir" (Blyth, 2020). O mundo, outrora inundado pelo excesso de liquidez, havia se esvaído, enquanto por outro lado haviam casas e *shoppings* demais.

Em 2008, o FED estimou a perda de 11 trilhões de dólares de ativos das famílias estadunidenses e, em 2009, as estimativas do FMI eram de que 50 trilhões de dólares em valores de ativos tinham sido destruídos. Enquanto isso, o Banco Mundial apontava para o crescimento negativo da economia mundial pela primeira vez desde 1945. Apesar de ser considerada a "mãe de todas as crises", a crise de 2008 faz parte de um conjunto de crises financeiras que se tornaram cada vez mais frequentes e intensas desde a última grande crise do capitalismo que teve início nos anos 70 (Harvey, 2011).

John Bellamy Foster apontou que 2008 não se trata apenas de mais uma crise de crédito, tão comum na história do capitalismo. em vez disso, a crise apontou para a para uma nova etapa no desenvolvimento das contradições do sistema em decorrência do protagonismo do "capital financeiro monopolista" (Foster, 2008). Segundo Mark Blyth (2020, p. 51) "o que realmente importa é o modo como partes aparentemente desligadas e opacas do sistema financeiro global se juntaram para produzir uma crise que nenhuma das partes poderia ter produzido por si só, e o modo como acabou por ser um problema dos Estados e, por extensão, um problema seu". O autor descreve o problema de uma forma muito simples: "essa crise é em primeiro lugar e acima de tudo uma crise do setor privado mas que está sendo paga pelo setor público, isto é, por você e por mim" (Blyth, 2020, p. 52). Dessa forma, o "culpado" é a própria financeirização do processo de acumulação de capital responsável pelas cada vez mais frequentes bolhas financeiras.

Ao escrever o *Enigma do Capital* em 2011, Harvey discorre sobre a crise ter significado ou não o fim do neoliberalismo. Mas diz que para analisar isso, depende da conceitualização de neoliberalismo em questão. Harvey define o neoliberalismo como um **projeto de classe** que surgiu na década de 70 mascarado pela retórica do livre mercado e liberdades individuais, princípios que legitimaram políticas hostis a boa parte da população (aqueles que não fazem parte da classe capitalista), a fim de consolidar o poder da classe capitalista, e não há nenhuma evidência que este projeto esteja morrendo ou tenha morrido. Muito pelo contrário, tem sido bem sucedido “a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal” (Harvey, 2011, p. 16).

Apesar de que momentos de crise poderem levar a reconfigurações e novos modelos de desenvolvimento, acabou sendo também frutífero para a abertura de novos campos de investimento, que é o que iremos demonstrar a seguir: como a financeirização da natureza ocorreu em resposta à crise de acumulação do setor financeiro.

### 3.2 FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA: uma nova forma de acumulação

Da mesma forma que Samir Amin identificou que durante a crise de 1970 cada vez mais uma parte do excedente não podia ser investida no fortalecimento dos sistemas produtivos, e por isso o investimento financeiro se tornou “a única alternativa” para a acumulação, o mesmo se deu depois da crise de 2008. Se a crise dos subprimes fez o mercado financeiro ter um pé atrás com capital fictício e ativos voláteis, prontamente fincou seus dentes em um ativo mais “seguro”: a natureza e os serviços ecossistêmicos prestados por ela. Para demonstrar isso, John Bellamy Foster em “Nature as mode of accumulation: capitalism and the Financialization of the Earth” faz uma crítica ao atual estágio de expropriação capitalista da natureza ao explorar o conceito de capital natural na obra de Marx e outros críticos da economia política clássica (Foster, 2022).

A abordagem atual da economia neoclássica vê a natureza - o capital natural - meramente como detentor do valor de troca. Dessa maneira, tornou-se mais fácil ver a natureza como parte da economia a ser explorada do que ver o ser humano como parte da natureza. A ideia inicial de “capital natural” era oposta ao significado atribuído atualmente, pois surgiu com economistas políticos socialistas justamente para defender a natureza, no sentido de que capital natural se referia à riqueza real dos materiais naturais. Contudo, os economistas neoclássicos junto com certos

“ecologistas” e corporações financeiras afastaram esse termo da sua origem e o transformaram apenas em outra forma de capital financeirizado (Foster, 2022).

Apesar da financeirização da natureza ter ganhado forças em 2008, quando os ativos financeiros tradicionais demonstraram ter limites para a especulação e, portanto, limites para a acumulação. Esse trabalho de precificar a natureza começou ainda antes com a publicação de um artigo de autoria de Robert Costanza, em 1997, na renomada revista *Nature*. O estudo se propôs a calcular o valor dos ecossistemas terrestres e foi amplamente aclamado entre os ambientalistas. A natureza se tornou a “galinha dos ovos de ouro” para o sistema financeiro. Aquilo que tem preço pode ser negociado, e, desse modo, embora um determinado estado normalmente continue a ter a propriedade soberana da terra, o veículo financeiro que gerencia e dispõe dos serviços ecossistêmicos lucra diretamente com os fluxos de renda associados a esses ativos (Foster, 2022).

O problema é que recursos naturais sob domínio governamental, frequentemente adquiridos à custa de comunidades indígenas e pequenos agricultores, agora podem ser transacionados como dívida através de acordos de natureza, ou então ser alavancados pelo capital financeiro internacional. Bens de capital natural de propriedade do governo, que muitas vezes foram expropriados de populações marginalizadas, poderiam ser vendidos em troca de abatimento de dívidas ou alavancados por meio de capital financeiro internacional (Foster, 2022).

Por exemplo, com o sistema *cap and trade*<sup>6</sup> o “direito a poluir” pode ser negociado. De acordo com a teoria neoclássica “transformar os direitos de poluição em direitos negociáveis pode tornar o sistema rentável, o que significa que os custos agregados da redução da poluição são minimizados. Além disso, ao utilizar o mecanismo de preço, o custo social da poluição (a chamada 'externalidade') pode ser 'internalizado'.” (Smith, 2021, p. 5, tradução nossa). Esse sistema foi iniciado nos Estados Unidos ainda na década de 90 com o *Acid Rain Program* e posteriormente levado à escala internacional através do Protocolo de Kyoto, em 1997.

Com o passar do tempo, os mecanismos financeiros relacionados à natureza cresceram de tamanho e tipo. O mercado de carbono se tornou uma oportunidade lucrativa e foi declarado, ainda em 2009, como um dos mercados emergentes mais promissores pelo Deutsche Bank. Para os principais bancos e fundos de investimento, amparados por grandes organizações de conservação (que uma mera olhada em quem as financia já explica por si só o seu posicionamento) predomina

---

<sup>6</sup> O sistema “*cap and trade*” é visto como uma abordagem mais flexível e orientada para o mercado em comparação com regulamentações rígidas. Ele permite que, após uma meta ser estabelecida (*cap*), a quota poupada possa ser vendida a outra parte que tenha excedido suas emissões.

a ideia que a forma mais efetiva de preservar a natureza é geri-la como um ativo, deixando o setor financeiro responsável por desempenhar esse papel (Smith, 2021). O resultado é uma corrida pela terra por essas supostas entidades de conservação, ao que Foster chama de uma nova Grande Expropriação (Foster, 2022):

Ironicamente, em nome da ecologia, estamos vendo uma enorme expansão do domínio do que Marx chamou de capital da terra. Isso está ocorrendo por meio da expropriação das populações indígenas e camponesas, juntamente com a expropriação de todo o patrimônio natural humano, inclusive das gerações futuras. Isso constitui a grande tragédia da mercantilização dos comuns, uma nova Grande Expropriação, apontando para a destruição da terra, envolvendo vastas apropriações de terras (e oceanos), particularmente no Sul Global (Foster, 2022).

A transformação da natureza em ativos financeiros, especialmente para possibilitar a degradação em um local e compensar os danos em outro, tornou-se essencial para a nova fase de acumulação capitalista amparada no sistema financeiro. Criar medidas de equivalência entre diferentes áreas naturais ou de biodiversidade é quase impossível, mas é exatamente o que tem sido feito nos "bancos" de biodiversidade, que erram ao tratar a natureza de forma homogênea e, portanto, facilmente substituível. Os Estados Unidos lideram este mercado e concentram a maior variedade de ativos. Percebe-se que cada vez mais “o setor se desenvolve e vê novas oportunidades; muitos instrumentos que conhecemos da 'finanças tradicionais' também estão sendo desenvolvidos para a natureza: títulos de catástrofe, seguros de estados (em vez de proteção), derivativos e contratos futuros.” (Smith, 2021, p. 12, tradução nossa).

Apesar do neoliberalismo minimizar a atuação do Estado, ele não retira o papel do Estado em facilitar ainda mais novas atividades econômicas como essa. Isso se torna evidente especialmente quando se trata da questão ambiental, de acordo com Tones Smith “a criação de novos mercados para bens, serviços ou ativos (ambientais) até então desconhecidos, como direitos de emissão ou créditos de biodiversidade, não poderia ter ocorrido sem um grande aparato do setor público facilitando e apoiando seu estabelecimento.” (Smith, 2021, p. 13, tradução nossa). No fim, nenhuma dessas “soluções” é efetiva no combate às mudanças climáticas ou realmente promove a preservação, apesar disso, se provaram efetivas gerando lucros, e por isso agradam tanto o *status quo*.

Fingir que se está salvando o planeta virou uma forma muito boa de fazer dinheiro. Neutralizar ou compensar se tornaram opções muito mais interessantes do que reduzir emissões.

Essas iniciativas de restauração e preservação da natureza já se mostraram tão rentáveis que já se fala em uma nova forma de acumulação: “*accumulation by restoration*” (Smith, 2021, p. 16). Contudo, é uma ideia equivocada acreditar que somente sequestro de carbono pode neutralizar a emissão constante proveniente da queima de combustíveis fósseis. Além da “maquiagem” para os problemas ambientais, Bellamy Foster alerta para que a financeirização da natureza torna a economia capitalista ainda mais volátil e se encaminha para a criação de “bolhas” ambientais altamente perigosas (Foster, 2022).

Ademais, é preciso relacionar o longo trabalho de privatizações de recursos naturais, como recursos hídricos e terras do Sul Global, que já vinham em curso desde o início da expansão do neoliberalismo e que agora adquirem outra dimensão. Tanto que o próprio Banco Mundial publicou um artigo apontando o seu próprio protagonismo quando o assunto é “natureza”, afirmando que “compreender e medir o valor da natureza é fundamental” (Banco Mundial, 2023). O BM se coloca como exemplo por estar mobilizando as finanças com rapidez para esse setor.

Todavia, as soluções apresentadas seguem sendo soluções de mercado, altamente ineficazes mas lucrativas, e que seguem deteriorando a relação entre homem e natureza, e conseqüentemente o meio ambiente como um todo. A apresentação dos ativos naturais como saída para a crise financeira de 2008 só retroalimenta a crise ambiental, energética, alimentar e da própria finança. De modo que a bolsa segue em alta, mas a Terra “está em baixa”.

#### 4 GREEN NEW DEAL

Como apontado pelo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de 2018, conhecido como "Relatório Especial sobre o Aquecimento Global de 1,5°C", caso a temperatura global média aumente além de 1,5 graus Celsius em relação aos níveis pré-industriais as previsões são catastróficas. Dentre as consequências estão eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes, perda de biodiversidade, insegurança alimentar, deslocamentos forçados pelo clima e riscos à saúde humana (IPCC, 2018). Neste contexto, exige-se ação coordenada em nível internacional e reduções imediatas e drásticas nas emissões de gases de efeito estufa, com especial atenção aos principais emissores, em particular os Estados Unidos.

As crises financeiras têm o poder de abalar o mundo, no entanto é a crise climática que se destaca como a principal ameaça à existência da vida no planeta Terra. Como observado por Aronoff *et al.* (2021), a iminência de crises econômicas e ecológicas que se reforçam mutuamente é uma realidade cada vez mais evidente. Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o agravamento do aquecimento global está tendo efeitos sérios na segurança e saúde dos trabalhadores, frequentemente os primeiros a serem expostos a esses riscos, muitas vezes por períodos mais longos e com maior intensidade do que a população em geral. Os riscos relacionados às mudanças climáticas têm sido associados a inúmeros efeitos na saúde, incluindo lesões, câncer, doenças cardiovasculares, condições respiratórias, degeneração macular e problemas de saúde mental. As implicações financeiras também são consideráveis, devido à perda de produtividade, interrupções nos negócios e danos à infraestrutura (OIT, 2024). Dessa maneira, percebe-se que o modo de produção capitalista está ao mesmo tempo destruindo a natureza e a saúde dos trabalhadores, dois dos seus pilares essenciais, matéria prima e mão de obra.

O que diferencia o momento agora não é a presença de uma crise, o que não é nada inédito, uma vez que estas são inerentes ao sistema capitalista. Mas diante da crescente conscientização ambiental e da pandemia de Covid-19, que ressaltou a vulnerabilidade das cadeias de abastecimento globais e expôs as fragilidades do modelo econômico atual, outras saídas passaram a ser vislumbradas. Em certa medida, os pacotes de estímulo implementados em resposta à pandemia combateram o discurso da austeridade, e abriram portas para que programas como o Green New Deal ganhassem forças. Como no caso dos EUA, em que discussões no Congresso já

aconteciam desde 2019, mas em 2020 passaram a despontar de forma central na disputa presidencial.

A interação entre sonhos grandiosos e vitórias mundanas sempre esteve na essência dos momentos de profunda transformação progressista. Nos Estados Unidos, as grandes conquistas das famílias trabalhadoras depois da Guerra Civil e durante a Grande Depressão, assim como os avanços da luta por direitos civis e pela defesa do meio ambiente nos anos 1960 e 1970, não foram apenas respostas para crises, exigidas pela base, foram também produto de sonhos de tipos muito diferentes de sociedades, sonhos invariavelmente menosprezados e considerados impossíveis ou impraticáveis na época (Aronoff *et al.*, 2021, p. 12).

No livro "Um Planeta a Conquistar: A Urgência de um Green New Deal", Aronoff *et al.* (2021) traçam uma analogia entre o plano implementado para salvar a economia dos Estados Unidos durante a Grande Depressão e o esforço necessário para combater a crise climática atual. Embora reconheçam o anseio por uma analogia melhor do que o New Deal para descrever os desafios contemporâneos, os autores destacam a relevância do plano responsável por reconstruir os Estados Unidos depois da Grande Depressão. Assim, apesar das falhas e exclusões do programa da década de 30, o New Deal deixou um legado de cooperação social e esforço conjunto que deve servir de inspiração para um novo pacto social, fomentando a mobilização coletiva para enfrentar crises sistêmicas.

Quem vai sair às ruas para marchar por uma austeridade ambiental? Com todas as suas falhas, o New Deal original se destacou pela criação de um ciclo de respostas positivas entre o gasto público em bens coletivos e uma mobilização de massa, conseguindo, assim, superar uma hostilidade antissocialista encontrada no empresariado e nas elites políticas. Da mesma forma, um Green New Deal precisa fazer com que uma ação de combate às mudanças climáticas fosse visceralmente benéfica, transformando vitórias em ferramentas de organização para construir uma mobilização política ainda maior e uma libertação contínua. Se bem feitos, os investimentos nessas ações podem facilitar a construção de uma liberdade real, do tipo que só é possível se houver segurança econômica para todos e todas (Aronoff *et al.*, 2021, p. 204).

De acordo com o IPCC, aproximadamente 75% das emissões globais de gases de efeito estufa vêm do uso de combustíveis fósseis. Como observado por Buthelezi (2020), a dependência dos combustíveis fósseis permeia o ethos fundamental do modelo neoliberal, e a influência do *carbon capital*<sup>7</sup> está intrinsecamente ligada à incapacidade do governo de responder à crise

---

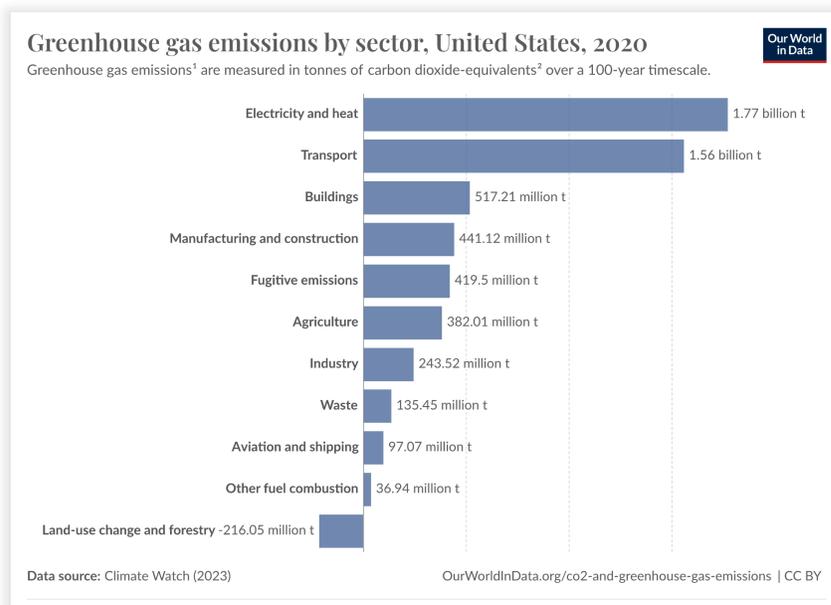
<sup>7</sup> A distinção narrativa do *carbon capital* representa sua posição como um grupo distinto dentro de um bloco histórico, enfatizando sua função política e intelectual de direcionamento das estratégias materiais e de acumulação de projetos hegemônicos.

climática. Enfrentar essa dependência implica uma reconfiguração tanto na estrutura econômica predominante quanto no ideário político do projeto neoliberal. Nos EUA não é diferente, a relação entre o setor energético e o setor financeiro se dá por meio de uma relação simbiótica de um arranjo de poder que molda as estratégias financeiras e energéticas dos Estados Unidos, com implicações significativas para o meio ambiente e a estabilidade global.

O setor financeiro norte-americano desempenha um papel central no financiamento das atividades de exploração, produção e distribuição de combustíveis fósseis, incluindo petróleo, gás natural e carvão. Instituições bancárias, fundos de investimento e mercados de capitais fornecem o financiamento necessário para sustentar as operações dessas indústrias, influenciando não apenas a dinâmica econômica, mas também as políticas energéticas e ambientais. Por sua vez, o setor energético baseado em combustíveis fósseis exerce pressão sobre o setor financeiro para garantir financiamentos e investimentos contínuos, buscando maximizar lucros e manter sua posição dominante.

Apesar dos anos 2000 ter testemunhado a China ultrapassando os Estados Unidos como o principal emissor de gases de efeito estufa do mundo, os Estados Unidos ainda mantêm sua posição em primeiro lugar no ranking de emissões per capita, principalmente devido à proliferação de automóveis e à expansão do desenvolvimento urbano. Esse alto nível per capita se dá justamente pelo consumo excessivo e aos “luxos” que compõem o *american way of life*. Para se ter uma ideia, a média de consumo energético de uma casa nos EUA é o dobro do gasto de energia das residências no Japão e na Europa. O gráfico abaixo nos dá um panorama das fontes de emissões de gases do efeito estufa nos Estados Unidos:

**Figura 1** – Emissões de gases de efeito estufa, Estados Unidos (2020)



**Fonte:** Our World In Data, 2024.

Ademais, outra dimensão importante que permeia a questão ambiental nos EUA é o papel desempenhado pelo militarismo nas emissões estadunidenses. Como exposto por Luc Mampaey e Claude Serfati (2005, p. 224) em seu trabalho que detalha o papel das finanças nas transformações do sistema militar-industrial (SMI) no capitalismo financeiro que favorece a adoção de uma política de guerras infinitas. É outra característica nociva do neoliberalismo que retroalimenta o ciclo de destruição. A própria utilização de sistema militar-industrial, ao invés apenas de setor, se dá pela lógica própria de reprodução que o SMI detém:

As forças motrizes do sistema devem-se a seu próprio poderio, que lhes permitiu enraizar-se de maneira duradoura na economia e na sociedade norte-americanas e nelas estabelecer os mecanismos de auto reprodução, mas igualmente à dinâmica contemporânea do capitalismo (a “mundialização”), que concede aos Estados Unidos um lugar singular na defesa da ordem mundial (Mampaey; Serfati, 2005, p. 224)

O decorrer da década de 90 em diante foi marcada pela fusão das grandes empresas do setor, a fim de contarem com posição privilegiada nos contratos com o Pentágono. A comunidade financeira passou a controlar majoritariamente os grandes grupos de armamentos, assim como a relação entre o avanço das tecnologias militares e civis, especialmente no que diz respeito à comunicação e informação, beneficiam esses grupos, que contam ainda com apoio do Executivo. Eventos como a criação do Departamento de Segurança Nacional imediatamente após o 11 de

setembro e a nova doutrina de segurança nacional de 2002 são reflexos do tipo de relação econômica e geopolítica instaurados na década anterior. O compromisso dos EUA com os seus gastos estratosféricos no setor militar “(...) baseia-se na esperança de que a supremacia militar permite manter, tanto tempo quanto possível, a economia norte-americana ao abrigo das consequências produzidas por um modo de produção e de consumo “insustentáveis” para a maior parte do planeta” (Mampaey; Serfati, 2005, p. 247).

Instalações militares tanto dentro quanto fora dos Estados Unidos são responsáveis por aproximadamente 40% das emissões de gases de efeito estufa do Departamento de Defesa dos EUA. O combustível de aviação desempenha um papel significativo nesse número, durante as missões aéreas, as aeronaves emitem centenas de toneladas de CO<sub>2</sub>, sem mencionar as atividades de apoio terrestre e naval. As guerras no Afeganistão, no Iraque e a campanha contra o ISIS na Síria e no Iraque envolveram uma quantidade substancial de operações aéreas, incluindo reconhecimento, transporte, reabastecimento e ataques. Um exemplo disso foi uma missão realizada em janeiro de 2017, em que dois bombardeiros B-2 foram reabastecidos múltiplas vezes durante uma viagem de 30 horas da Base Aérea de Whiteman, no Missouri, até a Líbia, para lançar ataques contra alvos do ISIS (Crawford, 2019).

Em 2017, as emissões de gases de efeito estufa do Pentágono ultrapassaram as emissões de gases de efeito estufa de países industrializados inteiros, como Suécia ou Dinamarca. Ao longo do período de 2001 a 2017, estima-se que as emissões do DOD para todas as operações militares tenham alcançado cerca de 766 milhões de toneladas métricas de CO<sub>2</sub>e. Desse total, estima-se que mais de 400 milhões de toneladas métricas de CO<sub>2</sub>e tenham sido relacionadas às operações de guerra, incluindo as chamadas "operações de contingência no exterior" nas principais zonas de conflito do Afeganistão, Paquistão, Iraque e Síria (Crawford, 2019). Diante desses dados, percebe-se assim que a financeirização do SMI representa uma das principais ameaças e, portanto, deve ser uma das frentes combatidas em qualquer plano climático sério.

#### 4.1 TERMO EM DISPUTA

Do mesmo modo que Cox (2021) afirmou que "as teorias são sempre elaboradas por alguém e com algum propósito", um projeto de escopo e magnitude como GND já atraiu diferentes forças sociais formulando o que deve ser este novo "pacto". Por se tratar de um termo em disputa, faz-se

necessário distinguir entre o Falso e o Verdadeiro Green New Deal, o que oferece uma ferramenta analítica útil para compreender como as estruturas de poder moldam a aceitação e a implementação do Green New Deal, bem como quais atores se beneficiam ou perdem com suas políticas.

A batalha pelo sentido do Green New Deal começou. Especialistas, movimentos de base e presidenciáveis reivindicam de forma inédita posições mais claras e proeminentes sobre as mudanças climáticas. Muitos economistas, analistas políticos e comentaristas de centro tentaram entrar na nova onda de empolgação com a política climática, utilizando a linguagem de Green New Deal para descrever programas muito menos ambiciosos. (Aronoff *et al.*, 2021, p. 38)

O Falso Green New Deal busca o consenso com as elites e propõe programas menos ambiciosos alinhados aos interesses capitalistas de lucro. Desse modo, não passa de mais uma forma de capitalismo verde, conceito o qual vem ganhando forças desde as décadas de 80 e 90. Essa forma de capitalismo afirma estrategicamente sua legitimidade ao advogar por estratégias corporativas, como relatórios voluntários e autorregulação, contornando eficazmente intervenções e regulamentações estatais. Dentro desta perspectiva, a crise ambiental é reformulada como 'risco', levando as corporações a adotarem abordagens de gerenciamento de riscos.

No entanto, sua reivindicação de legitimidade se baseia no mito do crescimento verde, que se incorpora ao pensamento econômico neoclássico, oferecendo uma narrativa de que mercados, inovação e tecnologia são a panaceia para os problemas climáticos. No entanto, essa narrativa ignora a dependência inerente do capitalismo em recursos ecológicos e sociais, perpetuando o que Wright e Nyberg (2015) chamam de 'auto-destruição criativa'. Assim, enquanto o capitalismo coopta o discurso ambiental para manter sua legitimidade, suas supostas soluções acabam perpetuando as mesmas crises que afirmam resolver (Larsen, 2019).

Por outro lado, o Verdadeiro Green New Deal não visa apenas soluções de mercado ou medidas pontuais, mas sim uma mudança estrutural profunda do sistema energético e econômico, acompanhados de uma intervenção mais forte e direta do governo, tornando-se necessária uma nova economia política. Um Verdadeiro GND enfatiza a importância de políticas públicas que desmantelam o atual sistema energético movido pelo lucro e constroem uma alternativa baseada em energia limpa, colocando os interesses da população em primeiro lugar, não o rendimento dos acionistas (Aronoff *et al.*, 2021):

Para descarbonizar rápido, precisamos assumir o controle público e democrático de grande parte da economia para priorizar uma ação climática justa. É preciso lembrar que os capitalistas investem em projetos que dão dinheiro e consolidam o seu próprio poder, e não que tornam o mundo um lugar melhor [...].

Para lutar contra a injustiça e se envolver seriamente com as alternativas ao capitalismo, precisamos imaginar novas alternativas e resistir à naturalização de uma ideologia que não oferecerá respostas para a crise ambiental, pois, em sua essência, é um projeto de acumulação de riqueza (Larsen, 2019, p. 48).

Ao compreender essas dinâmicas, é possível discernir entre as propostas do Falso e do Verdadeiro GND e avaliar como as estruturas de poder influenciam a aceitação e a implementação dessas políticas. Tendo isso em mente, vamos analisar o histórico de (supostas) implementações de um GND nos Estados Unidos e discussões em torno do projeto.

#### 4.2 THE POWER OF GREEN

Quase que ironicamente, a primeira utilização do termo *Green New Deal* que ganhou atenção foi em um artigo de opinião intitulado “*The Power of Green*”, publicado pelo autointitulado “ecocapitalista” Thomas Friedman, colunista do *The New York Times*, em 2007. Na época, os EUA se encaminharam para o último ano do mandato de George W. Bush. Na publicação, ele prega a adoção de uma “ideologia verde” para reconstruir, reconectar e restaurar o papel dos Estados Unidos:

Um dia, o Iraque, nosso trauma pós-11 de setembro e as divisões dos anos Bush estarão todos para trás - e a América vai precisar, e querer, recuperar sua essência. Precisaremos encontrar uma maneira de reconstruir a América em casa, reconectar a América no exterior e restaurar a América ao seu lugar natural na ordem global - como o farol de progresso, esperança e inspiração. **Eu tenho uma ideia de como fazer isso. Chama-se "verde".** (Friedman, 2007, grifo e tradução nossa).

Friedman afirma que os EUA não precisam apenas de um primeiro presidente negro, mas também de um primeiro presidente “verde”, capaz de vencer a dependência energética do país e manter o padrão de vida americano. Contudo, ele complementa que “verde” precisava ser ressignificado como “geoestratégico, geoeconômico, capitalista e patriótico”, de modo que as agendas republicana e democrata se concentrassem em três questões fundamentais: emprego, clima e terrorismo (Friedman, 2007). Boa parte da preocupação de Friedman se dá em relação à dependência de combustíveis fósseis, especialmente oriundos de nações islâmicas.

No mais, além de atacar a China como grande responsável pelos problemas ambientais do mundo<sup>8</sup>, Friedman elogia as ações “sustentáveis” de empresas (questionáveis) como o Walmart. Defende também que os americanos não devem sacrificar seu modo de vida - o *american way of life* -, muito menos abandonar sua tradição de ser uma “cultura de carros”. Portanto, ele deixa claro que o seu plano para salvar o planeta é na verdade um plano para salvar o capitalismo e a hegemonia americana, e a força verde a qual ele se refere é a força das corporações e das soluções de mercado, com papel do Estado esvaziado:

Da mesma forma para nosso país, é por isso que precisamos de um Green New Deal - um no qual o papel do governo não seja financiar projetos, como no New Deal original, mas sim incentivar a pesquisa básica, fornecer garantias de empréstimos quando necessário e estabelecer padrões, impostos e incentivos (...) (Friedman, 2007, tradução nossa)

Por isso, para ele, diferentemente do New Deal original, o papel do Estado desta vez deve ser fortalecer empresas capazes de desempenhar um papel central na transição energética e na redução das emissões de gases poluentes. O artigo de Friedman foi o pontapé perfeito para disseminar dentro da ideologia do livre mercado (falsos) princípios de uma preocupação ambiental. O casamento perfeito com a tendência à criação dos ativos naturais para financeirização da natureza no pós crise de 2008.

#### 4.3 UM “PROTÓTIPO” SUPERFICIAL E EFÊMERO

O legado de Obama está principalmente associado a recuperação econômica dos Estados Unidos. “Obama assumiu uma postura rooseveltiana ao “tirar a economia do atoleiro”, ou seja, uma frase que o presidente usou para descrever como as políticas republicanas haviam colocado a economia em perigo. Resgatar Wall Street, a General Motors e os proprietários com dificuldades simultaneamente não foi uma tarefa pequena” (Rich, 2019, p. 10, tradução nossa). No contexto da campanha presidencial no auge da crise de 2008, Obama incluiu em seu programa de governo um pacote bilionário de recuperação econômica. Duas das principais iniciativas que trataram do enfrentamento da crise financeira e da crise ecológica foram o American Recovery and Reinvestment Act (ARRA) e o Presidential Climate Action Plan. As duas iniciativas, apesar de

---

<sup>8</sup> Mesmo a China emitindo 8,05 toneladas de CO<sub>2</sub> per capita, contra a média per capita de 16,1 toneladas nos EUA (Our World in Data based on the Global Carbon Project, 2022).

distintas, despontam de certa sobreposição em seus esforços para impulsionar a economia e enfrentar as mudanças climáticas.

O ARRA foi aprovado em 2009 como uma resposta à crise financeira, destinado a estimular a economia dos Estados Unidos por meio de investimentos em uma variedade de setores, como infraestrutura, educação, saúde e energia. O programa teve um custo total de aproximadamente US\$787 bilhões, dos quais cerca de US\$90 bilhões do ARRA foram direcionados especificamente para investimentos em energia limpa e eficiência energética. O programa objetivava:

- (1) Auxiliar aqueles mais impactados pela recessão;
- (2) Fornecer investimentos necessários para aumentar a eficiência econômica ao impulsionar avanços tecnológicos em ciência e saúde;
- (3) Investir em transporte, proteção ambiental e outras infraestruturas que proporcionarão benefícios econômicos de longo prazo;
- (4) Estabilizar os orçamentos dos governos estaduais e locais, a fim de minimizar e evitar reduções nos serviços essenciais e aumentos contraproducentes nos impostos estaduais e locais.

Já o *The President's Climate Action Plan* foi lançado pelo governo Obama em 2013 como uma iniciativa focada exclusivamente em enfrentar as mudanças climáticas. Este plano incluiu uma série de políticas e medidas destinadas a reduzir as emissões de gases de efeito estufa, com base em três pilares: redução das emissões de carbono, preparação dos Estados Unidos para os impactos das mudanças climáticas e liderança global no combate às mudanças climáticas e enfrentamento dos seus impactos.

A mudança climática representa um dos maiores desafios do nosso tempo, mas é um desafio especialmente adequado às forças dos Estados Unidos. Nossos cientistas projetarão novos combustíveis e nossos agricultores os cultivarão. Nossos engenheiros desenvolverão novas fontes de energia, nossos trabalhadores as construirão, e nossas empresas as venderão. Todos nós precisaremos fazer a nossa parte. Se abraçarmos este desafio, não apenas criaremos novos empregos e novas indústrias e manteremos a América na vanguarda; vamos salvar vidas, proteger e preservar nossos preciosos recursos naturais, cidades e litorais para as gerações futuras. (The President's Climate Action Plan, 2013, tradução nossa)

Assim, enquanto o ARRA era uma legislação ampla voltada para a recuperação econômica, o Presidential Climate Action Plan foi uma iniciativa específica para abordar os desafios das mudanças climáticas. Estes programas ficaram conhecidos como “protótipos” de GND (Grunwald,

2019). No entanto, aos que esperavam que Obama utilizasse o momento para perpetrar mudanças profundas, o ARRA é apontado apenas como uma legislação neoliberal baseada no sistema cap-and-trade<sup>9</sup> de comercialização de carbono (Huber, 2022) e um programa de estímulo conciliatório complicado e ineficaz (Aronoff *et al.*, 2021). O cenário da crise financeira havia garantido a Obama a janela de oportunidade de se afastar do projeto hegemônico neoliberal, justamente devido ao seu momento enfraquecido:

O bloco neoliberal, que havia mantido a hegemonia neoliberal, também estava enfrentando sua crise de legitimidade, pois não era mais capaz de fabricar e manter o consentimento para seu projeto ideológico entre a população, uma vez que suas capacidades materiais e institucionais haviam sido amplamente diminuídas pela crise financeira

No entanto, não foi isso que aconteceu:

O Presidente Obama, que assumiu o cargo em meio à maior crise financeira desde a Grande Depressão, teve a oportunidade igual à de Roosevelt de iniciar uma mudança longe da ordem hegemônica predominante que havia criado a crise. Mas isso não foi o caso, como ficou evidente no início do governo Obama, quando o presidente optou por resgatar os mesmos bancos e instituições financeiras responsáveis pela crise. Frequentemente é afirmado que, ao optar por restaurar o sistema ao seu funcionamento usual, a administração resgatou os bancos às custas de mais de 9,3 milhões de cidadãos que perderam suas casas (Dayen, 2016 apud Buthelezi, 2020, p. 73).

Mas na contramão do que as promessas de campanha pareciam indicar, o governo Obama negou a construção de um rede de energia limpa que excluísse o setor privado e também a ideia de criação de “bancos verdes” para o financiamento de obras com baixo consumo de energia. Assim como se omitiu de mobilizar sua maioria no senado para promover medidas mais radicais, travancando diversos projetos.

Apesar do cuidadoso cultivo de uma imagem ambiental positiva para o Presidente Obama, sua administração supervisionou a revolução do hidrofraturamento e incentivou a visão do gás e do xisto petrolífero como um dispositivo hegemônico internacional. Essa política ajudou a abrir as portas para a exportação de gás natural liquefeito, o que servirá como uma barreira ao uso global de energia renovável limpa (Larsen, 2019, p. 203).

---

<sup>9</sup> O sistema Cap-and-Trade, conhecido como “Comércio de Emissões”, impõe limites às emissões de gases de efeito estufa, concedendo licenças aos emissores. Isso cria um mercado onde empresas que reduzem a poluição podem negociar suas licenças com aquelas que aumentam suas emissões.

Logo mais, em 2010, houve ainda uma mudança no tom do discurso na ocasião da reunião do G20, com a defesa de medidas de austeridade, o que solidificou ainda mais dificuldades neste terreno. No entanto, nada disso é surpreendente, afinal sua equipe econômica era formada por importantes defensores dos interesses de Wall Street:

Conselheiros econômicos do presidente Obama são da velha escola – Larry Summers, diretor de seu Conselho Econômico Nacional, foi secretário do Tesouro no governo Clinton, quando o fervor pela desregulamentação das finanças dominava. Tim Geithner, secretário do Tesouro de Obama, ex-chefe da New York Federal Reserve, tem contatos íntimos com Wall Street. O que poderia ser chamado de “o Partido de Wall Street” tem imensa influência dentro do Partido Democrata, assim como com os republicanos (Charles Schumer, o poderoso senador democrata de Nova York, arrecadou milhões de Wall Street ao longo dos anos, não apenas para suas próprias campanhas políticas, mas para o Partido Democrata como um todo). (Harvey, 2011, p. 18)

A relação de Obama com o setor dos combustíveis fósseis também foi incoerente com as suas propostas iniciais, de modo que a diversificação da produção de carbono durante a administração Obama vai contra o apoio retórico anterior da administração a transição energética e ao multilateralismo climático (Buthelezi, 2020). Dessa maneira, os interesses do bloco histórico atrelado ao *carbon capital* se consolidaram.

A administração Obama, que prometeu uma mudança em relação à administração Bush, apenas solidificou a posição do Partido Democrata dentro do bloco neoliberal, enquanto enfatizava a fusão dos interesses do carbono com os interesses do bloco histórico. Apesar da retórica inicialmente positiva da administração em relação à energia limpa, seu histórico na produção de petróleo e hidrocarbonetos pinta um quadro contraditório (Buthelezi, 2020, p. 70, tradução nossa).

Por fim, a incapacidade de Obama de construir um eleitorado democrata ferrenho como o que defendeu o New Deal abriu caminho para a chegada de Trump ao poder. Foram mais de quatro milhões de eleitores de Obama que não foram votar nas eleições de 2016 (Aronoff *et al.*, 2021, p. 35). Assim, o legado ambiental do presidente Obama em relação ao enfrentamento das emissões de gases de efeito estufa pode ser criticado por ser superficial e simbólico. Isso facilitou a reversão dessas políticas pela administração Trump, incluindo a revogação da decisão de Obama sobre o oleoduto Keystone XL<sup>10</sup> e a retirada dos EUA do Acordo de Paris.

---

<sup>10</sup> O oleoduto Keystone XL era um projeto que buscava transportar petróleo bruto do Canadá para os Estados Unidos, atravessando vários estados americanos e terras indígenas. Obama havia bloqueado o projeto em 2015 em função da pressão popular, decisão revertida por Trump logo ao assumir a presidência em 2017.

Além disso, durante o governo Obama, não houve um desafio significativo à expansão urbana descontrolada nem uma redução substancial na dependência dos EUA dos combustíveis fósseis. Essa falta de ação eficaz pode ter contribuído para a incapacidade de avançar ainda mais no combate às mudanças climáticas, apesar do compromisso com o Acordo de Paris. Assim, durante a administração Trump, foi ainda mais consolidada a posição do *carbon capital* no seio da política norte-americana com a escolha de Trump do ex-CEO da Exxon Mobil como Secretário de Estado em 2017, de modo que “a administração Trump trabalhou abertamente para promover os interesses do carbon capital tanto em nível nacional quanto global.” (Buthelezi, 2020, p. 71, tradução nossa). Em relação ao GND proposto no Congresso ainda durante o seu mandato, Trump atacou a proposta em inúmeros dos seus discursos eleitorais.

#### 4.4 AOC E SANDERS POR UM GND MAIS RADICAL

2018 foi o ano da eleição da mais jovem congressista da história dos EUA, Alessandra Ocasio Cortez pelo partido democrata. Sua atuação conjunta ao Movimento Sunrise<sup>11</sup> ganhou destaque com um protesto realizado dentro do escritório da então presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Nancy Pelosi. O objetivo do protesto era pressionar Pelosi e outros líderes políticos a apoiar a iniciativa de Green New Deal que vinha sendo encabeçada pelo Movimento Sunrise. No ano seguinte, em 2019, Pelosi se referiu ao GND como “*the Green Dream or whatever you call it*”<sup>12</sup> fazendo pouco caso do programa e escancarando as tensões dentro do Partido Democrata em relação à urgência e escala das políticas climáticas necessárias. Especialmente Nancy Pelosi ocupando o cargo de Presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos sob o governo do presidente Biden.

A *House Resolution 109*, nome oficial da resolução não vinculativa apresentada pela congressista Alexandria Ocasio-Cortez e do senador Ed Markey em fevereiro de 2019, ficou conhecida como Green New Deal. O objetivo da resolução era abordar mudanças climáticas e a

---

<sup>11</sup> Fundado em 2017, o movimento ganhou destaque por sua abordagem enérgica e foco na mobilização da juventude em prol de políticas ambientais progressistas. O Sunrise Movement tem como objetivo pressionar os líderes políticos a adotarem medidas concretas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, promover energias renováveis e criar empregos sustentáveis.

<sup>12</sup> Fala de Nancy Pelosi em entrevista em fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.politico.com/story/2019/02/07/pelosi-trump-government-shutdown-1154355>

desigualdade social de maneira conjunta, inspirando-se no New Deal da década de 1930, para assim garantir:

Quebra radical nas políticas climáticas da era Obama, que algumas vezes adotavam a linguagem do Green New Deal, mas não chegavam a colocar o discurso em prática. A resolução identifica o momento atual como uma oportunidade para uma nova mobilização nacional, social, industrial e econômica em uma escala não vista desde a Segunda Guerra Mundial e o New Deal (USA.GOV, 2019, tradução nossa).

Essa mudança no discurso em relação às propostas de Obama marca um segundo momento na narrativa do GND dentro dos EUA. O novo projeto delineou uma visão ambiciosa para uma transformação profunda da economia dos Estados Unidos, com metas de descarbonização, empregos verdes e acesso universal à saúde e à educação. Para além das soluções tecnocratas apresentadas no plano de Obama, o programa apresentado por AOC trata do combate a injustiças sistêmicas e reconhece comunidades indígenas, de cor e de migrantes como comunidades vulneráveis que estão na linha de frente das mudanças climáticas. Dessa maneira, justiça social e justiça climática são elementos fundamentais do programa.

A resolução gerou controvérsia e debates no Congresso na época. Entretanto, a própria AOC deixou claro que o seu objetivo inicial não era chegar com um “plano” pronto, mas servir de pontapé à tão urgente ação climática que o momento exige, trazendo a questão pro centro da política estadunidense. Uma coisa é certa, tal proposta significaria o abandono da ortodoxia monetária, afinal vivemos em um contexto em que a austeridade significa extinção (Klein, 2020).

Discussões substanciais sobre o tema ocorreram em todo o país e acabaram por influenciar as agendas políticas, de modo que mais de 12 dos 14 candidatos do partido democrata incluíram o Green New Deal em suas campanhas. A H.R 109 deu forças para que o senador Bernie Sanders, outro expoente da ala Democrática Socialista do Partido Democrata, apresentasse o seu próprio GND durante as primárias presidenciais, em agosto de 2019, ainda mais radical do que a resolução apresentada por AOC. O radicalismo de Sanders não se deu apenas por prever um pacote de US \$16,3 trilhões, maior valor proposto até então, mas por posicionamentos como se declarar abertamente inimigo das empresas de combustíveis fósseis, prevendo inclusive processá-las pelos danos causados ao meio ambiente (Sanders, 2019). Segundo Sanders, o valor de US \$16,3 trilhões pode parecer alto, mas seria totalmente pago em 15 anos com as iniciativas do próprio programa,

e é muito menor do que o valor de US \$34 trilhões em prejuízos econômicos para os EUA ainda neste século em decorrência da crise climática.

Dentre as medidas está o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, cobranças à indústria fóssil através de litígios, taxas e impostos, redução dos gastos militares, arrecadação de impostos dos 10 milhões de novos empregos gerados, redução dos gastos em segurança devido aos empregados sindicalizados e bem remunerados, assim como a taxação de grandes fortunas. A proposta contava ainda com a reativação do Civilian Conservation Corps (CCC)<sup>13</sup>, programa que estava presente nas ações do New Deal original com o intuito de criar oportunidades para jovens desempregados das grandes cidades atuarem no trabalho de preservação dos parques florestais. Essa iniciativa foi responsável por mais da metade do reflorestamento feito em toda a história dos EUA (Mastini; Kallis; Hickel, 2021).

Ademais, o plano de Sanders previa a descarbonização do setor de transporte e de energia dos EUA até 2030, e descarbonização total até 2050, prazos mais rápidos do que qualquer outra proposta. Outro ponto fundamental era o reconhecimento da contribuição desproporcional de emissões de gases do efeito estufa por parte dos EUA, exigindo protagonismo<sup>14</sup> na redução de emissões. Bernie reconhece que o Pentágono é o maior emissor institucional de gases de efeito estufa do mundo e que os Estados Unidos gastam anualmente \$81 bilhões para proteger suprimentos de petróleo e rotas de transporte, e por isso propõem uma mudança completa para longe do militarismo. Destaca-se também o caráter internacional do programa, com a destinação de US \$200 bilhões de dólares para ajudar na transição energética dos países do Sul Global.

Os Estados Unidos têm há mais de um século emitido poluição de carbono na atmosfera para ganhar posição econômica no mundo. Portanto, temos uma obrigação desproporcional de ajudar as nações menos industrializadas a alcançar suas metas enquanto melhoramos a qualidade de vida. Reduziremos as emissões domésticas em pelo menos 71% até 2030 e reduziremos as emissões entre as nações menos industrializadas em 36% até 2030 - o equivalente total a reduzir nossas emissões domésticas em 161% (Sanders, 2019, tradução nossa).

No entanto, diante da suspensão da candidatura de Sanders durante as primárias do Partido Democrata, grande parte da radicalidade do GND se perdeu.

---

<sup>13</sup> O qual foi incorporado pela administração Biden-Harris e lançado em setembro de 2023.

<sup>14</sup> Friedman também defendia a liderança dos EUA na transição energética, mas seu argumento era em defesa da hegemonia e da superioridade americana, e não em qualquer forma de responsabilidade sócio-ambiental do país para com o restante do mundo.

## 5 BIDEN'S NEW DEAL?

Joe Biden definitivamente não era o candidato “do clima” durante as primárias do Partido Democrata, mas assumiu este posto durante a disputa com o candidato à reeleição Donald Trump nas eleições de 2020. O posicionamento de Biden acerca do GND sempre foi ambíguo, resultando em momentos de tensão. Como o episódio ocorrido em um dos debates presidenciais em que quando confrontado por Trump, Biden afirmou veemente que não defendia o Green New Deal, apesar do programa aparecer no seu material de campanha. Na ocasião, Trump chegou a se divertir afirmando que Biden acabara de perder o apoio de parte da esquerda mais radical com esse pronunciamento. No entanto, Biden rapidamente se retratou afirmando que defendia o *Biden Climate Plan* ao invés do GND.

Uma coisa é certa, de fato, Biden não endossou o GND em sua plenitude, apesar de ter até mesmo chamado AOC e o Sunrise Movement para compor a sua *Climate Unity Task Force*, da qual incorporou apenas algumas recomendações. Apesar de não incluir todos os pontos do GND apresentado no Congresso, o “Plano Biden para o Clima” prometia um investimento de US \$1,7 trilhões para zerar as emissões de carbono dos EUA até 2050, a criação de mais de 10 milhões de empregos e o retorno imediato ao Acordo de Paris (Biden, 2020).

Ao ser eleito, Biden enfrentou dificuldades no Senado para passar a agenda econômica e ambiental. Para avançar, o plano intitulado *Build Back Better* teve que ser destrinchado em diversos pacotes.

O *American Rescue Plan Act* para ações mais imediatas ligadas a recuperação da crise gerada pela pandemia que alocou US\$1,9 trilhão para um substancial pacote de estímulo à atividade econômica. O pacote originalmente denominado *American Jobs Plan* foi reformulado com o *Infrastructure Investment and Jobs Act* (chamado também de *Bipartisan Infrastructure Law*) e previa investimentos US\$2,3 trilhões, mas para ser aprovada com auxílio dos republicanos foi reduzida para US\$1,2 trilhão em investimentos.

Já o maior dos pacotes foi apresentado inicialmente com seu nome original, *Build Back Better Act*, projeto que autorizava o valor de US\$1,75 trilhão para descarbonização da economia e gastos sociais. O pacote chegou a ser aprovado na Câmara mas nem foi votado no Senado, uma vez que logo foi obstruído por senadores republicanos. Diante disso, passados meses de negociações nasce o *Inflation Reduction Act (IRA)*, no valor mais enxuto de US\$700 bilhões. O

nome por si só tenta combater a ideia de que tamanho gasto levaria ao aumento descontrolado da inflação nos Estados Unidos. No entanto, Huber (2022) aponta que a divisão da agenda de Biden em pacotes e programas diferentes acabaram por contribuir ainda mais para o distanciamento entre trabalhadores e clima.

O IRA tem como objetivo fomentar o setor de energia limpa, com a geração de empregos verdes por meio da transição energética. Na página oficial do *US Treasury Department*, afirma-se que o principal benefício do programa à economia estadunidense é por meio da redução de gastos futuros em decorrência das emissões. Ou seja, promovendo uma diminuição das emissões agora, a fim de evitar gastos com desastres climáticos futuros, problemas de saúde na população, entre tantos outros desafios decorrentes das mudanças climáticas. Espera-se que o IRA e o *Bipartisan Infrastructure Law* reduzirão as emissões de gases de efeito estufa dos EUA em até 41% abaixo dos níveis de 2005 até 2030. Nesse sentido, o IRA promete promover crescimento econômico com base nas seguintes políticas climáticas (U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2023):

1. Redução das emissões de gases de efeito estufa previne danos climáticos custosos;
2. Adaptação aos impactos das mudanças climáticas;
3. Minimização das perdas econômicas causadas por poluentes locais frequentemente emitidos junto com os gases de efeito estufa;
4. Incentivo a inovações que aumentem a produtividade além dos benefícios diretos para o clima;
5. Diminuir a dependência econômica de combustíveis fósseis, os quais têm preços voláteis no mercado global

## 5.1 O INFLATION REDUCTION ACT COMO ARMA NA GUERRA “VERDE” CONTRA A CHINA

Um elemento crucial na guinada estadunidense em prol da transição energética é a disputa com a China. A corrida na área está intrinsecamente ligada à disputa hegemônica entre essas duas potências. A questão se fez presente até mesmo no plano climático apresentado por Biden durante as eleições. Comunidades indígenas são mencionadas uma única vez na proposta climática de Biden, enquanto “China” aparece 11 vezes, seja para exemplificar o atraso do investimento

americano em energias renováveis - para cada US \$3 dólares investidos pela China os EUA investe apenas US \$1 dólar - ou pela necessidade de impedir a China de subsidiar as exportações de carvão e terceirizar a poluição por carbono. Assim, em muito as propostas “verdes” de Biden são geoestratégicas e geoeconômicas, e o IRA é também parte deste cenário de competição com a China.

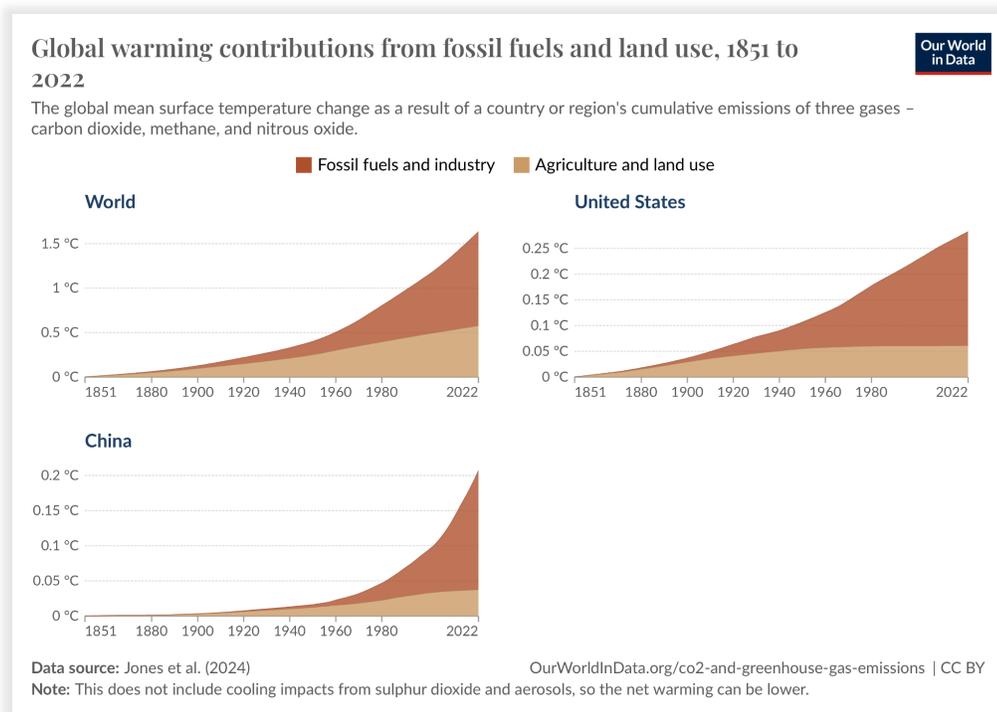
Isso se traduziu para o documento de Estratégia de Segurança Nacional (NSS, na sigla em inglês) apresentado em outubro de 2022 pelo governo Biden. Nele há uma ruptura com a postura comercialista das relações internacionais sob a administração Trump, e marca a volta da política externa voltada ao projeto hegemônico norte-americano. O documento clama pelo bipartidarismo no campo doméstico e pela retomada do papel de liderança global dos Estados Unidos na ordem internacional liberal internacional, opondo-se a China e Rússia (The White House, 2022).

Segundo a NSS, são dois os desafios estratégicos enfrentados na atualidade: a competição entre grandes potências para moldar o futuro pós-Guerra Fria e os desafios que exigem cooperação global, como é o caso das mudanças climáticas. O documento foca em como é papel dos EUA impedir que estas nações autocráticas, conforme denominação no documento, trabalhem dentro da ordem internacional vigente para a criação de uma nova ordem, apontada como uma ordem **iliberal**. No entanto, apesar de descritas igualmente como oponentes, os remédios são diferentes para cada um destes países. Enquanto para com a Rússia a política de isolamento prevalece, com a China, em questões como mudanças climáticas, é possível haver “cooperação”:

**Ao mesmo tempo, a República Popular da China (RPC) também é central para a economia global e tem um impacto significativo em desafios compartilhados, especialmente mudanças climáticas e saúde pública global.** É possível que os Estados Unidos e a RPC coexistam pacificamente e compartilhem e contribuam para o progresso humano juntos (The White House, 2022, p. 24, tradução e grifo nosso).

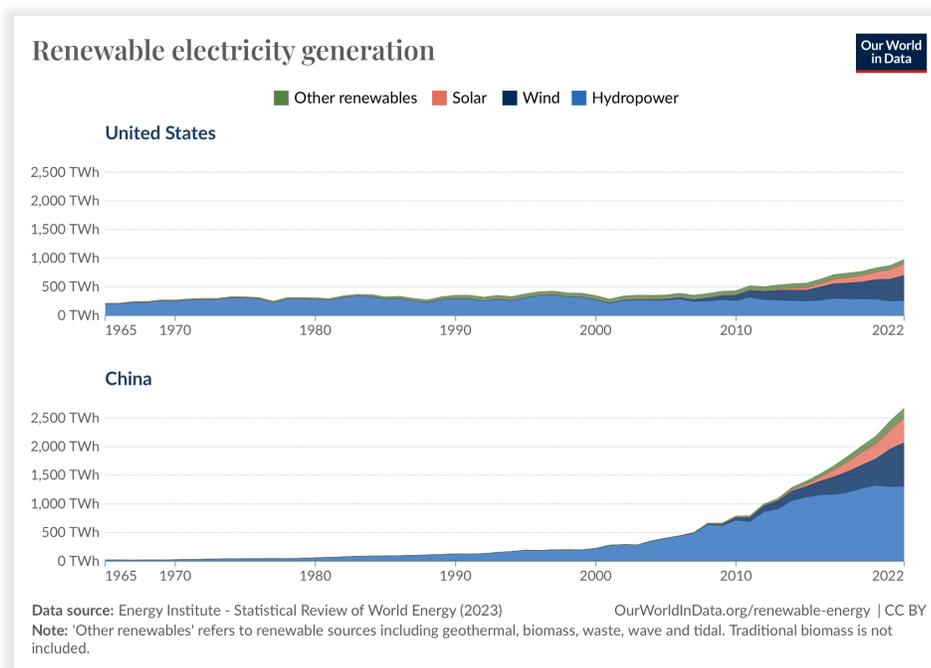
Não se deve esquecer que as duas maiores economias do mundo também competem para ver qual é a mais poluidora apesar disto é importante ressaltar as diferenças no tratamento à questão climática por parte de ambas. a China é uma economia de desenvolvimento industrial recente e acelerado que impacta os indicadores mundiais de poluição por conta do gigantismo de sua economia. Apesar disto, comparativamente aos EUA, os esforços de geração de energia limpa tem sido mais significativos, como ilustrado nos gráficos abaixo:

**Figura 2** – Contribuições dos combustíveis fósseis e exploração do solo para o aquecimento global entre 1851 e 2022



Fonte: Our World In Data, 2024.

**Figura 3** – Comparativo de geração de energia renovável entre EUA e China

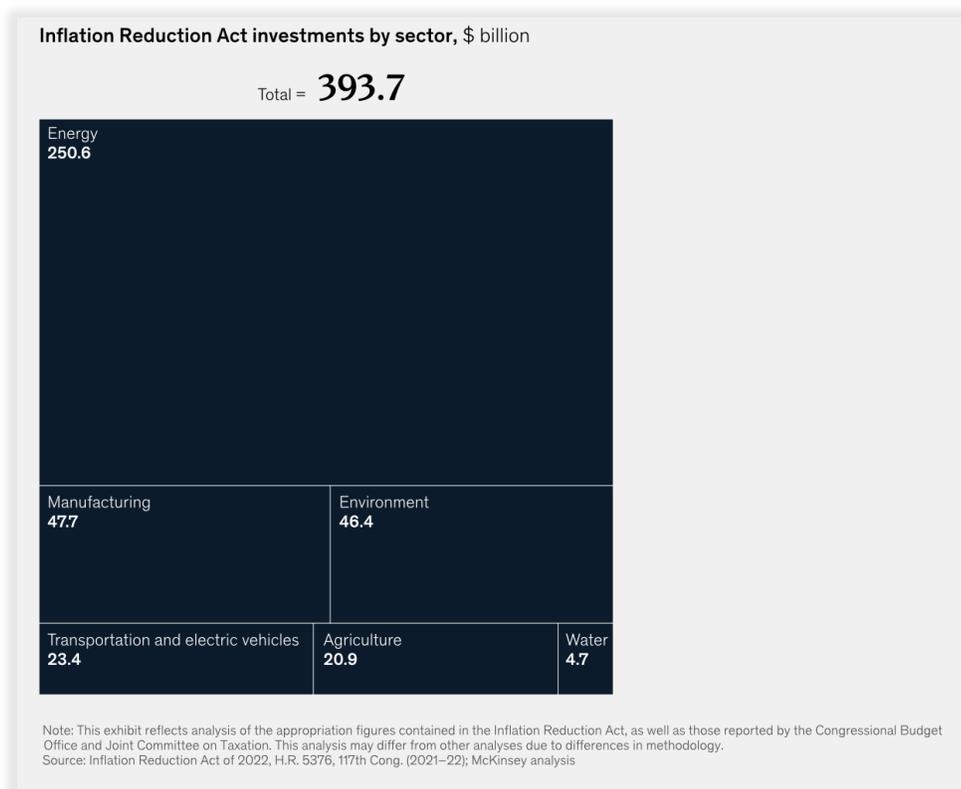


Fonte: Ritchie; Roser; Rosado, 2020.

Se por um lado isso nos revela certo espaço para ação conjunta, na realidade o combate às mudanças climáticas e a disputa comercial com a China são uma perfeita janela de oportunidade para o império que vê em crise a sua hegemonia. Portanto, o IRA também está direcionado para aumentar a competição com a China, reconhecendo a liderança chinesa na transição para a energia limpa e buscando promover a manufatura doméstica nos EUA para combater essa dependência. A liderança chinesa nesse campo foi construída por décadas de investimentos na área, o que agregado à interconexão das cadeias de abastecimento globais com a China, torna a missão dos EUA de alcançar autonomia na produção de tecnologias limpas muito mais complexa. (Mazzocco, 2022).

Nesse aspecto, juntamente com o IRA, foi aprovado em agosto de 2022 o CHIPS and Science Act<sup>15</sup>, o qual busca revitalizar a fabricação de semicondutores nos EUA para contrapor o avanço da China no setor.

**Figura 4** – Investimento previsto por setor através do IRA



**Fonte:** Badlam et al., 2022.

<sup>15</sup> Site USA.GOV - <https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-bill/4346>

Portanto, o IRA prevê a alocação de quase US\$400 bilhões em financiamento federal para impulsionar a transição para fontes de energia limpa. Esses recursos serão distribuídos por meio de uma variedade de instrumentos financeiros, tais como incentivos fiscais, subsídios e garantias de empréstimos. A maior parte desse financiamento será destinada à expansão da capacidade de geração de eletricidade limpa e à melhoria da infraestrutura de transmissão energética. Além disso, uma parcela considerável será direcionada ao setor de transporte limpo, incluindo a implementação de incentivos para veículos elétricos.

Um dos receios em relação ao Inflation Reduction Act era que com a aceleração da adoção de tecnologias limpas - como veículos elétricos e painéis solares - cujos componentes principais são predominantemente fabricados pelo seu rival chinês, a lei aumentaria a dependência dos EUA da indústria chinesa. No entanto, essa também era uma preocupação dos autores da lei, que incluíram medidas específicas para transferir parte dessa cadeia de abastecimento para os EUA (Nuccitelli, 2023). A China desempenha um papel dominante na produção global de baterias para EVs, fabricando aproximadamente três quartos de todas as baterias de lítio. Além disso, a China concentra grande parte da capacidade de produção e refino de componentes essenciais para veículos elétricos. Essa situação se repete no caso dos painéis solares, que devem desempenhar um papel crescente na produção de eletricidade nos próximos anos, chegando a 25% da produção de eletricidade nos EUA até 2030. Assim como as baterias para EVs, mais de 80% dos painéis solares são fabricados na China (Nuccitelli, 2023).

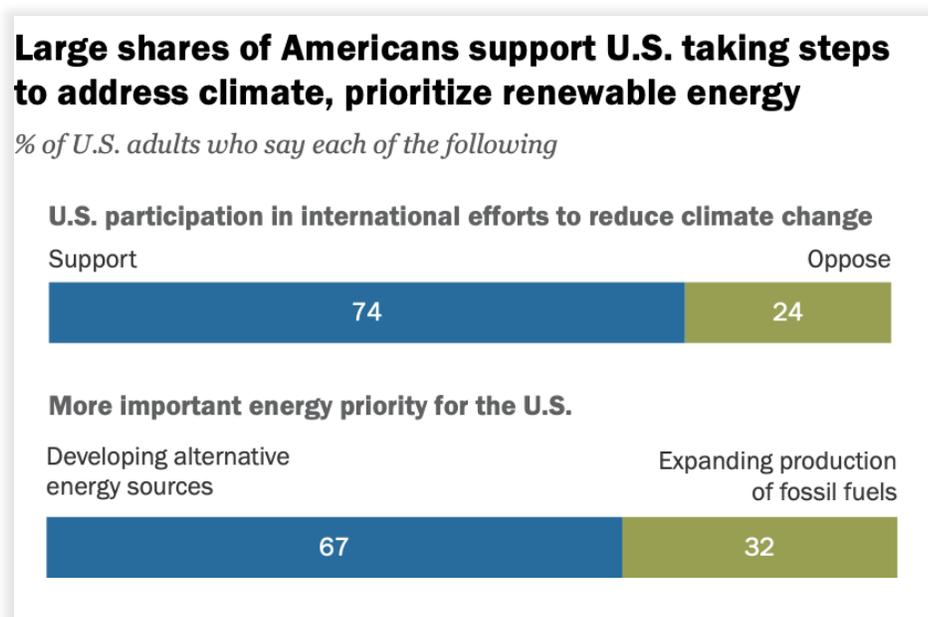
Por conta disso, por exemplo, uma das saídas foi priorizar o crédito fiscal federal para aqueles veículos manufaturados em maior parte nos EUA. Para que um veículo elétrico seja elegível para metade do crédito de \$7.500, a maioria dos minerais críticos de sua bateria deve ter sido extraída ou processada nos Estados Unidos, em um país com o qual há um acordo de livre comércio, ou passado por reciclagem na América do Norte. Para obter a outra metade do crédito fiscal, a maioria dos componentes da bateria deve ter sido fabricada ou montada na América do Norte. Segundo o Senador Manchin, um dos autores do IRA, esses requisitos domésticos foram especificamente destinados a incentivar as empresas a desenvolver cadeias de suprimentos domésticas para essas tecnologias, em vez de continuar a depender da fabricação chinesa (Nuccitelli, 2023).

## 5.2 BALANÇO GERAL DAS POLÍTICAS CLIMÁTICAS DE BIDEN 2020-2024

Biden conseguiu alcançar dados promissores no campo do trabalho durante os mais de três anos de mandato. Em janeiro de 2023, a taxa de desemprego caiu para 3,4%, o nível mais baixo desde junho de 1969, e se encontra em 3,8% (dados de abril de 2024 segundo o *US. Bureau of Labor Statistics*), e soma mais de 210.000 novos empregos criados pelo IRA no setor de energia limpa apenas no último ano. Contudo, apesar desses números, nem a população, nem os movimentos por justiça climática e até mesmo as instituições internacionais parecem satisfeitas.

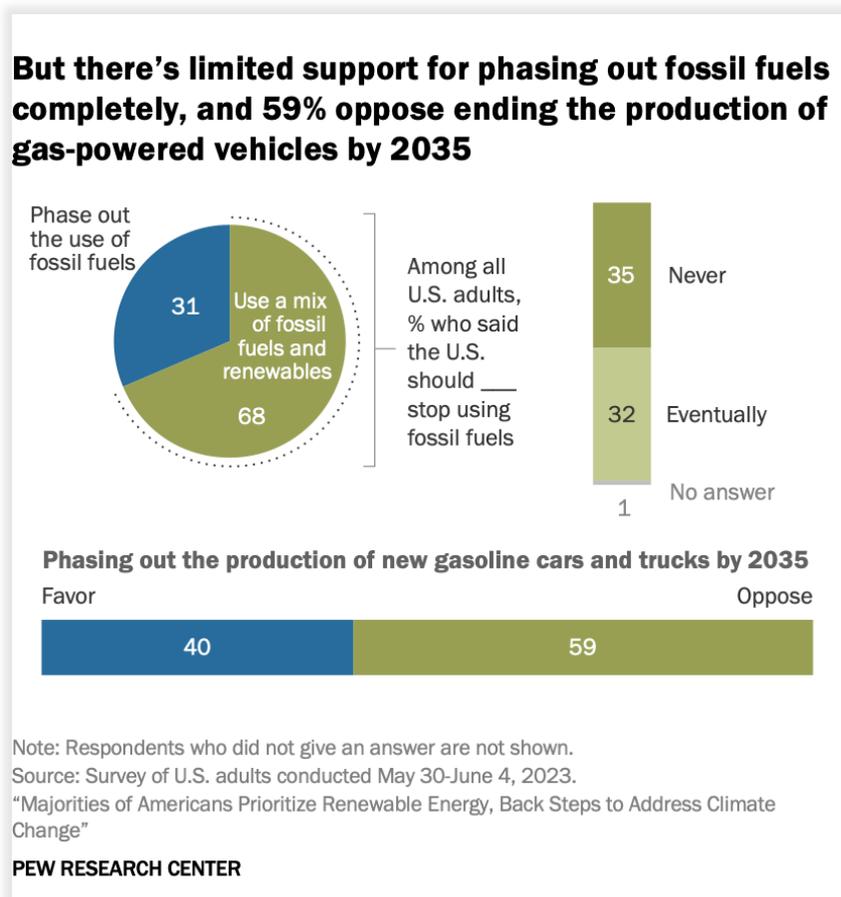
De acordo com uma pesquisa feita pelo *Pew Research Institute* entre maio e junho de 2023 com cidadãos americanos sobre a política climática de Biden, os dados revelam que a maioria apoia a participação dos EUA em esforços internacionais para combate das mudanças climáticas e classificam o desenvolvimento de novas fontes de energia alternativa como a principal prioridade energética do país.

**Figura 5** – Nível de apoio dos cidadãos americanos ao enfrentamento das mudanças climáticas



**Fonte:** Kennedy; Funk; Tyson, 2023.

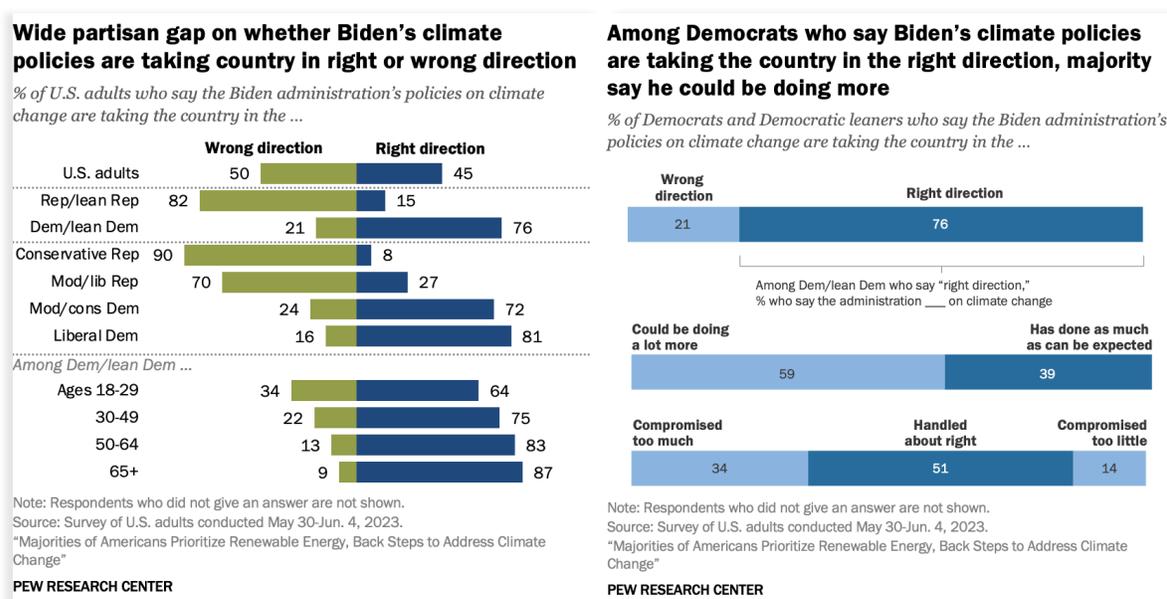
**Figura 6** – Nível de suporte ao enfrentamento a utilização de combustíveis fósseis



**Fonte:** Kennedy; Funk; Tyson, 2023.

Entre os 76% dos democratas que acreditam que as políticas climáticas de Biden estão conduzindo o país na direção certa, a pesquisa revela que esse grupo não está completamente satisfeito com os esforços do governo. A maioria (59%) deste segmento afirma que a administração Biden poderia fazer muito mais em relação às mudanças climáticas, enquanto 39% consideram que fez tanto quanto se poderia esperar. Dos democratas que acreditam que as políticas climáticas de Biden estão direcionando o país corretamente, 51% acham que ele lidou com os compromissos sobre a política climática de forma adequada, mas 34% acreditam que ele cedeu demais (Kennedy; Funk; Tyson, 2023).

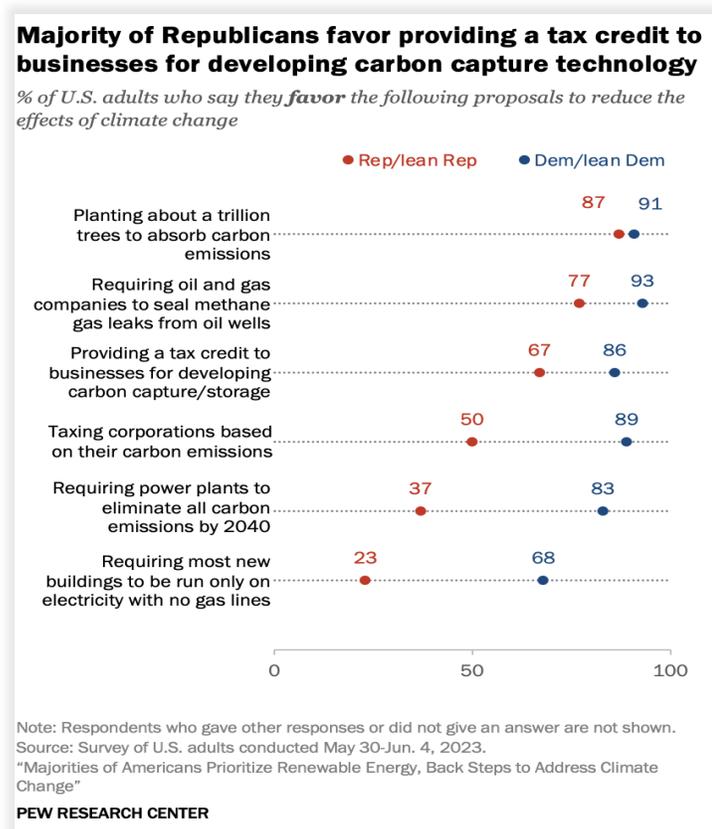
**Figura 7 – Nível do apoio às políticas climáticas de Biden em diferentes setores da política dos EUA**



Fonte: Kennedy; Funk; Tyson, 2023.

O apoio às políticas climáticas também mostra diferenças partidárias. Cerca de 89% dos democratas apoiam a taxaço das corporações com base em suas emissões de carbono, em comparação com metade dos republicanos. Tanto democratas quanto republicanos são amplamente favoráveis ao plantio de um trilhão de árvores (91% e 87%, respectivamente) e à exigência de vedar vazamentos de gás. Também há apoio significativo de ambos os partidos para fornecer créditos fiscais a empresas que desenvolvem tecnologia de captura de carbono, embora os democratas sejam mais propensos a apoiar essas medidas (Kennedy; Funk; Tyson, 2023).

**Figura 8** – Comparação do apoio entre democratas e republicanos a medidas de combate a emissão de gases do efeito estufa



Fonte: Kennedy; Funk; Tyson, 2023.

### 5.3 SOB A ÓTICA DA JUSTIÇA CLIMÁTICA

Biden chegou a ser comparado ao novo FDR, supostamente simbolizando uma era pós-neoliberal de gastos fiscais amplos e política industrial liderada pelo setor público. No entanto, apesar de ter a oportunidade de integrar os gastos climáticos em seu primeiro pacote de estímulo legislativo, o *American Rescue Plan* de março de 2021, Biden optou por não combinar seus cheques de US\$1.200 com programas visíveis de obras públicas e empregos voltados para o clima. Isso poderia ter começado a construir uma coalizão ambiental funcional que associasse melhorias materiais na vida dos trabalhadores com a ação climática (Huber, 2022).

Em vez disso, Biden vinculou a ação climática ao seu plano de infraestrutura, que previa gastos insuficientes para as necessidades climáticas. O debate afastou-se da combinação de ação

climática com benefícios para a classe trabalhadora, focando-se apenas na quantidade de dinheiro a ser gasto no clima. Embora se apreciem os grandes gastos climáticos nas várias versões do projeto de lei de infraestrutura, quase tudo foi na forma de créditos fiscais para atrair investimento privado. À medida que a política climática enfrentava uma longa batalha legislativa, liberais e ONGs climáticas repetiram a estratégia falha de 2009, centrando-se em soluções tecnocráticas como o Programa de Desempenho de Eletricidade Limpa, que foi rapidamente descartado por Joe Manchin<sup>16</sup> no outono de 2021, ignorando os princípios do GND de ganhos materiais visíveis para a classe trabalhadora impulsionado pelos princípios de justiça social e climática (Huber, 2022).

Para os movimentos por justiça climática, o IRA não é visto como uma vitória completa, pois falha em garantir ganhos materiais visíveis à classe trabalhadora aliados à ação climática. Huber afirma que no caso do Movimento Sunrise, que chegou a compor a força tarefa de Biden para o clima, seu principal erro foi ter confundido acesso com poder. De fato, a questão ambiental chegou ao *mainstream* da política estadunidense, mas isso também significa que ela passou a ser ditada, orientada e remanejada por aqueles que representam o *status quo* - a neoliberalização, a financeirização, o militarismo. Um projeto da magnitude do GND caminha para terminar como uma legislação para produção privada de energia que se resume a incentivos ao consumo de veículos elétricos. Ao deixar que escolhas energéticas sejam ditadas pelos mercados, fica evidente que os anseios de que Washington promoveria justiça climática e reformas no sistema financeiro não irão se concretizar por ora (Huber, 2022).

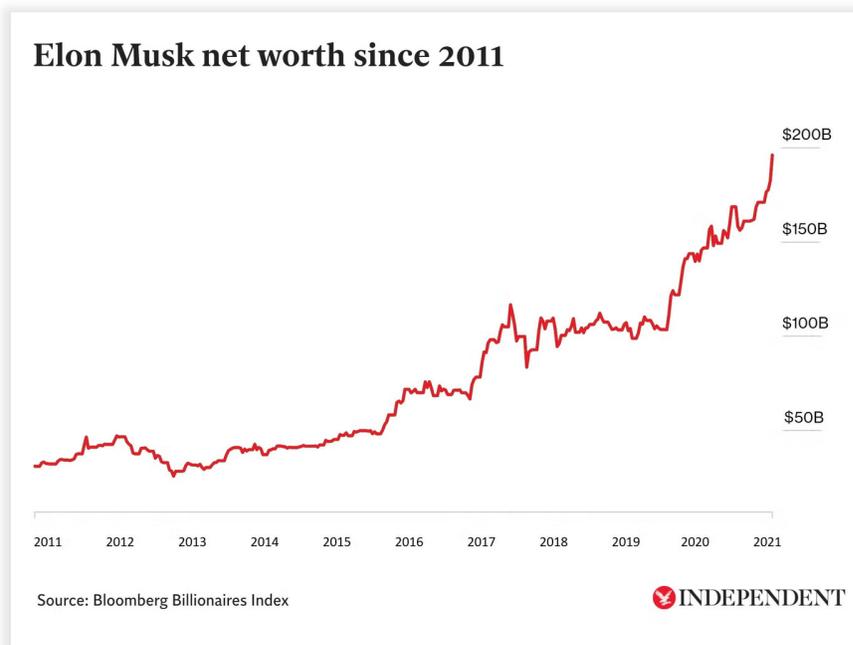
O erro foi o mesmo do pacote de Obama, que favoreceu empresas privadas e concedeu um empréstimo de US\$465 milhões por meio do Departamento de Energia dos EUA à Tesla<sup>17</sup>. A empresa de Elon Musk se beneficiou duplamente, pois também saiu ganhando com os incentivos fiscais para baratear o preço dos veículos elétricos para os consumidores. Não à toa, a década seguinte foi marcada pela ascensão de Musk a um dos homens mais ricos do mundo.

---

<sup>16</sup> Senador democrata pela Virgínia Ocidental desde 2010. Manchin é conhecido por ter se colocado publicamente contra a agenda ambiental de Biden, em especial o IRA.

<sup>17</sup> <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-06-09/tesla-got-a-major-boost-from-2009-u-s-stimulus?embedded-checkout=true>

**Figura 9 – Crescimento da fortuna de Elon Musk**



**Fonte:** Cuthbertson, 2022.

E quando se trata de conseguir matéria prima para suas empreitadas, Musk deixou a seguinte mensagem na antiga rede social Twitter (a qual ele comprou): “Nós vamos dar um golpe em quem quisermos! Lide com isso.”<sup>18</sup> fazendo referência ao golpe contra Evo Morales, em 2019, com apoio dos Estados Unidos. A Bolívia é rica em reservas de lítio, sendo este um componente crucial das baterias usadas em veículos da Tesla e outros carros elétricos, e seu valor vem disparando à medida que as vendas desses veículos aumentam. Porém, de acordo com a atual constituição boliviana, o lítio só pode ser extraído e processado por bolivianos, o que não impede que empresários estrangeiros continuem pressionando por acesso aos vastos recursos do país. Isso revela a forma como os subsídios à empresas privadas tendem a gerar ainda maior concentração de renda. Além disso, as emissões associadas à produção e à montagem dos carros elétricos, assim com a dependência de fontes de energia não renováveis para recarregar suas baterias em algumas

<sup>18</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/25/vamos-dar-golpe-em-quem-quisermos-elon-musk-dono-da-tesla-sobre-a-bolivia>

regiões, diminuem os benefícios ambientais deste tipo de veículo, que deve ser tratado como parte da solução, mas nem de longe como prioridade como vem ocorrendo.

Portanto, mesmo com um orçamento jamais visto, as disposições climáticas no IRA representam apenas um pequeno passo rumo à descarbonização da economia em uma escala suficiente para prevenir uma catástrofe climática, repleto de lacunas para garantia de justiça climática. Considerando a janela temporal de 10 a 15 anos para evitar um aumento significativo da temperatura global, é crucial compreender que o IRA é uma legislação de 10 anos, implicando em um gasto anual de cerca de US\$ 37 bilhões - equivalente a apenas 4% do orçamento de defesa do próximo ano, de US\$ 840 bilhões, e distante dos US\$ 1 trilhão por ano necessários para uma descarbonização completa da economia dos EUA até 2030.

Além disso, a dependência significativa de créditos fiscais de energia, em detrimento de investimentos diretos nas comunidades, limita o potencial para uma transição energética justa - especialmente devido à exclusão de créditos residenciais reembolsáveis sob o IRA, afetando cerca de 40% das famílias com pouca ou nenhuma obrigação de imposto de renda federal, principalmente pessoas de cor. Ademais, a vinculação do desenvolvimento de projetos solares e eólicos à expansão contínua de concessões de combustíveis fósseis abre espaço para mais desenvolvimento nessa área quando, na verdade, deveria ocorrer o oposto (Daly, 2022). De acordo com o Greenpeace, apesar da inclusão de medidas de energia limpa no projeto de lei, o IRA também aloca recursos para investimentos em soluções ilusórias e dispendiosas que apenas prolongam a dependência da indústria de combustíveis fósseis. Mais preocupante ainda, o projeto de lei negligencia as raízes profundas da crise climática, nomeadamente a extração e queima de combustíveis fósseis (Greenpeace, 2022).

Sob uma perspectiva crítica e de justiça climática, é relevante observar como a abordagem atual reflete uma continuidade dos interesses hegemônicos, frequentemente sob uma máscara de sustentabilidade. A teoria crítica nos alerta para o risco da coOptação de agendas ambientais por interesses neoliberais que perpetuam as desigualdades. Esta análise crítica do Green New Deal revela a urgência de um realinhamento profundo que não apenas combate a crise climática, mas

que também desafia as estruturas de poder que sustentam a opressão e a exploração sistêmica. O verdadeiro enfrentamento exige que políticas climáticas sejam formuladas com e para as comunidades marginalizadas, garantindo não apenas uma transição energética, mas uma transformação social e econômica inclusiva e equitativa.

## 6 CONCLUSÃO

A análise aprofundada do Green New Deal evidencia a urgência de uma proposta estratégica que responda às crises climáticas e socioeconômicas interligadas que a sociedade contemporânea enfrenta. A gravidade das previsões sobre o aquecimento global, aliada às crescentes desigualdades sociais, torna inadiável a adoção de políticas audaciosas que visem não apenas à mitigação dos impactos ambientais, mas também à promoção da justiça social.

Ao tratar da crise de 2008, ficou evidente a posição privilegiada que a financeirização da natureza tomou na corrida de acumulação do capital. Essa relação entre o setor financeiro e supostas iniciativas ambientais deixou mais difícil enfrentar as causas reais do problema. A investigação das raízes do Green New Deal na política estadunidense revela como as diferentes abordagens ao programa refletem um embate entre soluções tecnocráticas e a busca por uma transformação sistêmica.

Em especial, no caso do IRA, entende-se o programa como uma versão enfraquecida do que foi almejado pelo Green New Deal de AOC e Sanders. Apesar de Biden ter contado com movimentos populares ligados ao clima na sua força-tarefa após a eleição, o plano climático do seu governo deveria ser muito mais ambicioso, o que é confirmado no ponto de vista dos próprios eleitores democratas. Embora pacotes de estímulo como o American Recovery and Reinvestment Act e o Inflation Reduction Act, tenham avançado a descarbonização e a transição para energias limpas, suas limitações ficam evidentes ao priorizarem mecanismos de mercado que não garantem o nível de transformação necessária para promover justiça social. Além disso, no momento em que os EUA estão enfrentando uma crise da sua hegemonia, a interação entre transição energética e a competição geopolítica com a China revela que a política climática tem sido usada estrategicamente no jogo de poder global, o que condiciona os avanços nesse campo aos interesses econômicos dos EUA.

A pauta ambiental já adentrou o *mainstream* da política global, portanto, são os mesmos jogadores de sempre que agora orquestram o que é e o que não é possível fazer em nome do planeta. Nesse contexto, torna-se imperativo formar um novo bloco histórico capaz de implementar programas ambientais disruptivos que articulem, de forma indissociável, justiça social e ambiental, de forma que estes não estejam subjugados aos interesses do capital. Essa nova configuração deve desafiar as estruturas de poder estabelecidas e, para isso, é fundamental que as propostas de um

GND não sejam apenas uma troca de um paradigma insustentável por outro, mas sim uma ruptura significativa com as lógicas da financeirização da natureza e do capitalismo verde.

A mobilização social será um elemento crucial para assegurar a integridade dos princípios do GND, lutando contra sua captura por interesses econômicos dominantes. Assim, a construção de um futuro sustentável e equitativo está intrinsecamente ligada à capacidade de articular uma nova aliança entre os diversos atores sociais. Somente por meio da formação desse bloco histórico contra-hegemônico será possível construir um modelo econômico que beneficie a classe trabalhadora e enfrente de forma eficaz os desafios ambientais e sociais que decorrem da exploração capitalista.

Portanto, a implementação de um Verdadeiro Green New Deal que vá além das atuais políticas de mercado e combata a desigualdade social e a crise climática como duas faces de um mesmo problema, é a única esperança de que um “pacto verde” no coração do império possa trazer mudanças significativas na ordem internacional.

## REFERÊNCIAS

- ARONOFF, Kate *et al.* **Um planeta a conquistar**: a urgência de um green new deal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- BADLAM, Justin *et al.* **The Inflation Reduction Act**: Here's what's in it. Oct. 2022. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/industries/public-sector/our-insights/the-inflation-reduction-act-heres-whats-in-it>. Acesso em: 07 abr. 2024.
- BANCO MUNDIAL. **5 ways the World Bank is leading by example on nature**. 2023. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/voices/5-ways-world-bank-leading-example-nature#:~:text=Mobilizing%20finance%20at%20speed%20and%20scale.&text=We%20provided%20%242.8%20billion%20in,they%20do%20not%20harm%20nature>. Acesso em: 12 out. 2023.
- BIDEN, Joe. **Plan for Climate Change and Environmental Justice**. 2020. Disponível em: <https://joebiden.com/climate-plan/>. Acesso em: 12 out. 2023.
- BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- BUTHELEZI, Awande Mlondolozzi Keabetswe. **The Green New Deal as Counter-Hegemony**. 2020. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Development Studies Programme, University Of The Witwatersrand, Joanesburgo, 2020.
- COELHO, Jaime Cesar. **Economia, poder e influência externa**: o banco mundial e os anos de ajuste na América Latina. São Paulo: Unesp, 2012.
- COX, Robert W. Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de relações internacionais. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 10-37, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52053/28342>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations: an essay in method. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 12, n. 2, p. 162-175, jun. 1983. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/03058298830120020701>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- COX, Robert. **Production, Power, and World Order**: social forces in the making of history. New York: Columbia University Press, 1987.
- CRAWFORD, Neta C. **Pentagon Fuel Use, Climate Change, and the Costs of War**. Boston: University Updated and Revised, 2019. Disponível em: <https://watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/Pentagon%20Fuel%20Use%2C%20Climate%20Change%20and%20the%20Costs%20of%20War%20Revised%20November%202019%20Crawford.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2024.

CUTHBERTSON, Anthony. **Elon Musk net worth**: Visualising the Tesla and SpaceX boss' wealth in three charts. Oct. 2022. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/tech/elon-musk-net-worth-2022-b2211362.html>. Acesso em: 17 maio 2024.

DALY, Lew. **The Inflation Reduction Act**: a climate down payment, but doubts on environmental justice. A Climate Down Payment, but Doubts on Environmental Justice. Aug. 2022. Disponível em: <https://rooseveltinstitute.org/2022/08/05/a-climate-down-payment-but-doubts-on-environmental-justice/>. Acesso em: 20 maio 2024.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo: neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-06182007000100001>. Acesso em: 15 out. 2023.

FOSTER, John Bellamy. **The Financialization of Capital and the Crisis**. Apr. 2008. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2008/04/01/the-financialization-of-capital-and-the-crisis/>. Acesso em: 10 set. 2023.

FOSTER, John Bellamy. **Nature as a Mode of Accumulation**: capitalism and the financialization of the earth. Mar. 2022. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2022/03/01/nature-as-a-mode-of-accumulation-capitalism-and-the-financialization-of-the-earth/>. Acesso em: 01 out. 2023.

FRIEDMAN, Thomas L. **The power of green**. 2007. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/04/15/opinion/15iht-web-0415edgreen-full.5291830.html>. Acesso em: 05 ago. 2023.

FURNO, Juliane. **Imperialismo**: uma introdução econômica. Rio de Janeiro: Davinci, 2023.

GALLAGHER, Kevin P.; KOZUL-WRIGHT, Richard. **The Case for a New Bretton Woods**. Cambridge: Polity Press, 2021.

GASPAR, Debora Garcia. As contribuições de Robert Cox para a compreensão do início da crise dos anos 1970. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 82-101, jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52056/28345>. Acesso em: 08 mar. 2024.

GREENPEACE. **The Inflation Reduction Act**: the good, the bad, and the ugly. 2022. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/usa/the-inflation-reduction-act-the-good-the-bad-and-the-ugly/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

GRUNWALD, Michael. **The Trouble With the 'Green New Deal'**. Jan. 2019. Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2019/01/15/the-trouble-with-the-green-new-deal-223977/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLEMAN, Hannah. **No Empires, No Dust Bowls**. Ecological Disasters and the Lessons of History. Jul. 2018. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2018/07/01/no-empires-no-dust-bowls/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

HUBER, Matt. **How the Green New Deal Became the Inflation Reduction Act and Lost Its Soul**. Aug. 2022. Disponível em: <https://socialistcall.com/2022/08/17/green-new-deal-inflation-reduction-act/>. Acesso em: 07 out. 2023.

KENNEDY, Brian; FUNK, Cary; TYSON, Alec. **Majorities of Americans Prioritize Renewable Energy, Back Steps to Address Climate Change**. 2. How Americans see Biden's climate policies Jun. 2023. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/science/2023/06/28/2-how-americans-see-bidens-climate-policies/>. Acesso em: 22 maio 2024.

KLEIN, Naomi. **O mundo em chamas: um plano B para o planeta**. Lisboa: Editorial Presença, 2020.

LARSEN, Tibbe Smith. **The Hegemony of Green Capitalism: a critique of the imaginary that the environmental crisis can be solved by capitalism**. 2019. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Human Ecology: Culture, Power and Sustainability. Lund University, 2019. Disponível em: 10.13140/RG.2.2.11373.33762. Acesso em: 07 abr. 2023.

MAMPAEY, Luc; SERFATI, Claude. Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo a um compromisso "guerra sem limites"? *In*: CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 223-248.

MASTINI, Riccardo; KALLIS, Giorgos; HICKEL, Jason. A Green New Deal without growth? **Ecological Economics**, v. 179, 2021. Disponível em: 10.1016/j.ecolecon.2020.106832. Acesso em: 18 mar. 2024.

MAZZOCCO, Ilaria. **Why the New Climate Bill Is Also about Competition with China**. Aug. 2022. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/why-new-climate-bill-also-about-competition-china>. Acesso em: 12 set. 2023.

MORGENTHAU JR., Henry. **Address by the Honorable Henry Morgenthau, Jr., at the Closing Plenary Session (July 22, 1944)**. 2012. Disponível em: [https://www.cvce.eu/content/publication/2003/12/12/b88b1fe7-8fec-4da6-ae22-fa33edd08ab6/publishable\\_en.pdf](https://www.cvce.eu/content/publication/2003/12/12/b88b1fe7-8fec-4da6-ae22-fa33edd08ab6/publishable_en.pdf). Acesso em: 12 set. 2023.

NUCCITELLI, Dana. **The Inflation Reduction Act is reducing U.S. reliance on China**. 2023. Disponível em: <https://yaleclimateconnections.org/2023/09/the-inflation-reduction-act-is-reducing-u-s-reliance-on-china/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Mudanças climáticas criam graves riscos para a saúde de 70% dos trabalhadores no mundo**. Abr. 2024. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/mudancas-climaticas-criam-graves-riscos-para-saude-de-70-dos-trabalhadores>. Acesso em: 23 abr. 2024.

OUR WORLD IN DATA. 2024. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/warming-fossil-fuels-land-use>. Acesso em: 25 maio 2024.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/579674-ipcc-envia-aos-governos-a-versao-final-do-relatorio-especial-sobre-o-aquecimento-global-de-1-5-c>. Acesso em: 10 dez. 2023.

RICH, Wilbur C. **Looking Back on President Barack Obama's Legacy: hope and change**. Wellesley: Palgrave Macmillan, 2019.

RITCHIE, Hannah; ROSER, Max; ROSADO, Pablo. **Renewable Energy**. Dec. 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/renewable-energy>. Acesso em: 25 maio 2024.

ROOSEVELT, Franklin. **Franklin D. Roosevelt Speeches**: presidential nomination address. Presidential Nomination Address. The New Deal. Democratic National Convention. Jul. 1932. Disponível em: <https://publicpolicy.pepperdine.edu/academics/research/faculty-research/new-deal/roosevelt-speeches/fr070232.htm>. Acesso em: 23 set. 2024.

SANDERS, Bernie. **The Green New Deal**. 2019. Disponível em: <https://berniesanders.com/issues/green-new-deal/>. Acesso em: 20 set. 2023.

SMITH, Tone. **Financialisation of Nature**. 2021. Disponível em: [https://www.academia.edu/115823533/Financialisation\\_of\\_Nature](https://www.academia.edu/115823533/Financialisation_of_Nature). Acesso em: 12 out. 2023.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 5, n. 2, apr./jun. 1985. Disponível em: <https://centrodeeeconomiapolitica.org.br/repos/index.php/journal/article/view/1839>. Acesso em: 23 nov. 2023.

THE PRESIDENT'S CLIMATE ACTION PLAN. **Executive Office of the President**. Jun. 2013. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/image/president27sclimateactionplan.pdf>. Acesso em: 07 maio 2024.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Oct. 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>. Acesso em: 07 maio 2024.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. **Impact and Stories**. 2023. Disponível em: <https://home.treasury.gov/policy-issues/inflation-reduction-act/impact-and-stories>. Acesso em: 07 maio 2024.

USA.GOV. **H.R. 109**. 2019. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-resolution/109>. Acesso em: 15 set. 2023.

USA.GOV. **H.R. 4346 - Chips and Science Act**. 2021. Disponível em:  
<https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-bill/4346>. Acesso em: 07 maio 2024.

WRIGHT, Christopher; NYBERG, Daniel. **Climate Change, Capitalism, and Corporations**.  
Cambridge University Press, 2015. Disponível em:  
<https://www.cambridge.org/core/books/climate-change-capitalism-and-corporations/9FD46E7FF5F9FE71508831A23D43DEE0>. Acesso em: 08 mar. 2024.